

VILÃO DO MEIO AMBIENTE

Na reunião da COP26, em Glasgow, o Brasil deixa de servir de exemplo em políticas de mitigação dos gases de efeito estufa para se tornar um dos grandes responsáveis pelo aumento do aquecimento global. Com Bolsonaro, a floresta amazônica segue sendo dizimada. A ONU alerta que situação piorou



Arte: Nathalie Nascimento

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 1º de Novembro de 2021 Nº 34

Guilherme Estrella: privatização da Petrobrás é crime

Facebook Papers: Empresa deu espaço à direita

CPI incrimina Jair Bolsonaro e mais 79 por pandemia

O novo disco de Jards Macalé e João Donato

EXPOSIÇÃO VIRTUAL
CENTENÁRIO
Paulo Freire

A EXPOSIÇÃO ESTÁ NO AR

ACESSE EM: fpabramo.org.br

25 ANOS
FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Centro
Sérgio
Buarque
de Holanda
de Documentação e
História Política

PAUTA
BRASIL

**ASSISTA AO
PROGRAMA
PAUTA BRASIL**

SEGUNDAS, QUARTAS
E SEXTAS-FEIRAS
ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E TRANSMISSÃO
FUNDAÇÃO Perseu Abramo
parceiros

DCM Forth TV SAT

SIGA O CANAL DA REVISTA

YouTube

focus
BRASIL

Revista Focus Brasil
191 inscritos

INSCREVA-SE

NO YOUTUBE

focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Danilo

Molina, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur

Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,

Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,

Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,

Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,

Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de

Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de

Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),

Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto

(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

NESTA EDIÇÃO

O BRASIL VAI À COP26 COMO O VILÃO DO MUNDO

Sem metas cumpridas para a redução dos gases de efeito estufa, e com recorde de desmatamento na Amazônia, o governo Bolsonaro protagonizará em Glasgow, mais um vexame internacional. A vergonha continua

Página 12

EDITORIAL. A emergência climática e o negacionismo ambiental do governo

Página 4

ENTREVISTA. Guilherme Estrella alerta para o desmanche da Petrobrás

Página 5

COP26-1. O Brasil é o campeão de poluentes no mundo em 2020. Um feito

Página 14

COP26-2. Com Bolsonaro, Brasil vai à mesa em Glasgow sem credibilidade

Página 15

AMAZÔNIA. As fundações do PV e PT discutem um Plano Verde para o Brasil

Página 16

FAKE NEWS. Democratas precisam estar atentos ao jogo da direita nas redes

Página 18

FACEBOOK. A gigante das redes sociais é acusada de se omitir sobre as mentiras

Página 21

TSE. Apesar dos abusos cometidos por Bolsonaro em 2018, Corte evita punir

Página 23

CPI. Relatório final é aprovado com 80 suspeitos de crimes. E agora, PGR?

Página 24

PESQUISAS. Brasileiro está preocupado com inflação e culpa Bolsonaro e Guedes

Página 26

NAS ALTURAS. Tarifas de diesel têm nova alta e vem aí a greve de caminhoneiros

Páginas 28 e 29

PETROBRÁS. Governo ameaça privatizar estatal, que tem lucros exorbitantes

Página 30 e 31

OPINIÃO. Líder Bohn Gass denuncia que o país segue ladeira abaixo, sem controle

Páginas 32

VERDADE. PT salvou o Brasil ao reduzir a dívida pública interna do governo

Página 33

BOLSA FAMÍLIA. Depois de 18 anos, o programa é extinto por Jair Bolsonaro

Página 35

MEMÓRIA. A reeleição de Lula e a vitória da primeira mulher na Presidência

Página 38

CULTURA. A parceria de dois coringas da MPB: Macalé e João Donato

Página 40

MÚSICA. Charly Garcia, o pai do rock argentino, celebra seus 70 anos

Página 42



A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E O NEGACIONISMO AMBIENTAL

Aloizio Mercadante

O futuro do planeta se reúne, em Glasgow, a partir deste domingo. Na pauta, a preocupação crescente sobre a emergência climática de natureza antropogênica que atinge toda a humanidade. Em todas as regiões do mundo, as crises hídricas, o regime das chuvas, as inundações, o aceleração dos processos de desertificação e outras catástrofes ambientais não são mais variações dentro de um padrão conhecido.

É evidente que o determinante desse processo é o aquecimento global e a crise ambiental. Mas é importante que esse debate não seja visto apenas como uma preocupação da pesquisa científica. O negacionismo climático e ambiental é tão grave quanto foi o negacionismo sanitário, que vitimou mais de 605 mil pessoas em nosso país. Não por acaso, a comunidade científica de todo o planeta está debruçada sobre essa agenda.

No caso do Brasil, o último relatório do Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas, produzido pela ONU, alerta para uma pedalada ambiental. O governo Bolsonaro alterou as metas de redução dos gases de efeito estufa, mesmo depois do pacto global assumido pelo país, mas que não foi honrado como compromisso do Estado brasileiro.

Bolsonaro também desmontou todos os mecanismos de controle, fiscalização e proteção do meio ambiente, especialmente na Amazônia, como Ibama, CTNBio e Instituto Chico Mendes. Esses ór-

gãos foram duramente atacados, desmobilizados e aparelhados.

Além disso, o Palácio do Planalto institucionalizou a falta de transparência, promoveu uma intervenção militar na Amazônia, com a retirada da sociedade civil do conselho da região. Por fim, ainda tentou romper com os indicadores que monitoram o desmatamento, como se fosse possível não reconhecer o tamanho do desastre ambiental que assola o país.

Essa devastação ambiental não está só Amazônia. O Pantanal registra os maiores índices de incêndios da história e outros biomas estão sendo gravemente atingidos, para não falar na mineração em terras indígenas, duas operações da Polícia Federal envolvendo manganês e, agora, o ouro em terra Caiapó, uma tonelada por mês. É um sistema extremamente complexo em que o governo da milícia urbana é também um governo da milícia rural a serviço do agronegócio atrasado e predatório.

O que a gente precisa entender é que o futuro do desenvolvimento está diretamente associado à transição ambiental e energética. Não vamos resolver o problema de emprego, renda, pobreza e fome se não voltarmos a crescer e se não associarmos o desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental e social.

Para superar essa crise climática, serão necessárias novas tecnologias, novas ações e novas fontes de energia, que são uma oportunidade de alavancar um ciclo de investimentos capaz de responder aos grandes desafios que estão presentes no campo e na cidade.

Se a gente olhar a China, das 13 metas que o governo daquele país anunciou como metas estratégicas, 10 são de preservação ambiental. No Plano Biden, o investimento para geração de empregos associados à sustentabilidade ambiental e descarbonização da economia é uma parte expressiva de toda a proposta de reconstrução da economia americana, assim como também é o Plano Nova Geração da Europa.

O Brasil, que é o G1 da biodiversidade, deve colocar a proteção dos recursos naturais e estratégicos e a política nacional de mudanças do clima no topo das nossas prioridades. É isso que o mundo espera. Como disse a ex-ministra Izabella Teixeira, a Amazônia coloca o Brasil no mundo ou tira o Brasil do mundo, como está acontecendo com esse desgoverno Bolsonaro.

Um país que era liderança entre os países em desenvolvimento e que fazia a interlocução com os países ricos em conferências como a COP26, hoje está fora da agenda e das mesas de negociação. É evidente que a questão climática é global, mas há contrapartidas e deveríamos estar negociando contrapartidas para o esforço que o Brasil terá na proteção do meio ambiente com um novo governo que se anuncia e que romperá com o atraso do negacionismo sanitário e ambiental e do terraplanismo diplomático.

Com Lula, o Brasil resgatará o papel absolutamente decisivo que tem para o futuro da vida e para a superação dessa grave crise climática que avança sobre todas as populações do planeta. •

“EM 2022, A ESCOLHA É ENTRE SOBERANIA OU BRASIL COLÔNIA”

O pai do pré-sal diz que a maior empresa do Brasil está de costas para o país, sem compromisso com o povo. “Aumentam os preços dos combustíveis e o presidente da República vem dizer que ‘é coisa da Petrobrás, não tenho nada a ver com isso?’”, critica. “É que ele não está lidando com uma empresa estatal, mas com um fundo de investimento gerindo riqueza brasileira”

Pedro Camarão e Alberto Cantalice

A Petrobrás não cumpre mais o papel de uma empresa estatal. Essa é a opinião do geólogo Guilherme Estrella, que foi diretor de exploração da empresa estatal e coordenou os trabalhos para a descoberta das reservas de petróleo do pré-sal. “A empresa hoje está de costas para o país”, critica Estrella, de forma veemente. Estrella tem compromisso com a empresa, na qual ingressou ainda em 1965.

Ele condena o desmonte da Petrobrás, que considera um ataque à soberania nacional porque

afeta diretamente o setor energético do país. E confirma: os altos preços dos combustíveis, que assustam os brasileiros, são o resultado da total desorganização do setor implementada desde o Golpe de 2016, que derrubou Dilma Rousseff da Presidência da República.

Na opinião do geólogo, a agenda privatizante já era praticada antes dos governos do Partido dos Trabalhadores, mas lembra que foi interrompida em 2003 com a chegada de Lula à Presidência da República. Agora, voltamos ao jogo do país como colônia.

Ele lamenta que a Petrobrás

tenha voltado a ser uma empresa gerida por fundos de investimentos e que atende, exclusivamente, aos interesses de seus acionistas privados. Estrella argumenta que a agenda ultraliberal é uma afronta aos interesses nacionais, mais segue sendo implementada por meio da fraude eleitoral, desrespeitando a Constituição.

Apesar do diagnóstico preocupante, Estrella acha que é possível reverter o mal que está sendo feito pela gestão de Bolsonaro, embora não seja uma tarefa fácil. A seguir, leia os principais trechos da entrevista concedida à **Focus Brasil**:



Focus Brasil – Vivemos um momento em que o país está assustado com os preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha. A população não compreende o que gera essa situação. Qual é o motivo de o país estar nessa situação?

Guilherme Estrella – Nenhuma surpresa. O país está assustado, mas não é surpresa. Esse é o projeto de país deste governo. Mas não só dele. Este é o projeto de país que vinha sendo implantado com o [ex-presidente] Fernando Henrique [Cardoso]. E, aliás, vinha de antes, desde o Consenso de Washington. Então, começa com [Fernando] Collor, vem FHC... A Petrobrás só não foi privatizada porque houve um problema no Senado e o processo foi interrompido pelos governos do PT.

Por causa disso é que veio a descoberta do pré-sal e a autosuficiência com a Bacia de Campos. O Brasil conseguia ali, afinal – e é um dos países mais ricos do mundo em recursos naturais – garantir o seu abastecimento de energia. Até então, o país não tinha energia garantida para o século 21 para termos um projeto de nação desenvolvida e soberana. O poder mundial, concentrado nos EUA através do capitalismo neoliberal, mantinha o Brasil nessa situação sempre dependente de energia. A descoberta do pré-sal foi a base para termos um projeto de país soberano. E, logo depois, começam as pressões. Quatro, cinco meses depois, os Estados Unidos reativam a Quarta Frota no Atlântico Sul. E, depois, vimos com as denúncias feitas por jornalistas e tudo o mais que eles começaram a nos espionar. A CIA passou a espionar as atividades da Petrobrás e da presidente da República.

Veio o Golpe de 2016 e instalou-se um governo que representava esses interesses antibrasileiros. Até fraudaram as eleições de

2018, prendendo o Lula sem provas, completamente inocente. Na ditadura, os caras cassavam e tiravam os direitos políticos. Mas no lawfare, o Departamento de Estado dos EUA, junto com a Justiça brasileira, com os procuradores, disseram: “Não. Prende esse cara”. A eleição de 2018 foi fraudada por isso.

Aí implantam o projeto deles. E qual era? Desnacionalização da economia, abertura total do mercado brasileiro... Com relação ao petróleo, o primeiro ato do [Mi-

A DESCOBERTA DO PRÉ-SAL FOI A BASE PARA TERMOS UM PROJETO DE PAÍS SOBERANO. E, EM SEGUIDA, COMEÇAM AS PRESSÕES

chel] Temer foi desonerar a importação. Quer dizer, mataram o projeto de conteúdo nacional.

– **Um ataque à soberania.**

– Nós somos a 10ª economia do mundo. Fomos a sexta. Mas, no que diz respeito ao consumo de energia per capita, estamos no 50º lugar, se não for mais atrás. O povo brasileiro não consome energia. Ora, o consumo de energia é referência de qualidade de vida. Temos um país também absolutamente injusto na distribuição de

renda. Resultado: o mercado brasileiro tem um potencial de crescimento de consumo energético imenso. Esse é o filé mignon dos interesses internacionais para investirem no Brasil. Aí, tratando da Petrobrás, como é que o camarada vai comprar uma refinaria? Ele diz o seguinte: “Preciso ter garantia de vender os meus produtos refinados em Mataripe no mercado brasileiro a preços internacionais, se tiver preços controlados pelo governo. eu não vou investir”. Isso é o que os fundos financeiros internacionais alegam.

Eles dizem também: “Eu também participo de produção em outros países e para competir no mercado brasileiro e usar o meu petróleo, tenho que pagar também o preço de importação, não é só o valor do petróleo internacional. E eu quero compensar o meu preço de importação. Quero produzir na refinaria aqui com o meu petróleo que vem lá de outro país”.

Porque eles também são donos da Petrobrás. Tudo isso está dentro do script desse projeto de país completamente submisso aos interesses antibrasileiros dos grandes fundos financeiros internacionais. Quem manda no Brasil hoje, meu amigo, é o pessoal das Ilhas Cayman. Não precisa procurar muito. Então, o PPI, o preço do petróleo importado, é indispensável para eles venderem as nossas refinarias.

– **Qual a diferença entre a estatal sob os governos Lula e Dilma e a Petrobrás agora?**

– Já disseram que eu estou muito pessimista. Eu disse: “Meus amigos, a Petrobrás acabou”. Disse isso e repito: a Petrobrás como empresa estatal brasileira acabou. Empresa estatal é o que nós praticávamos nos governos Lula e Dilma. Era uma empresa presente em todo o país, que se preocupava primeiramente com o abastecimento

nacional de combustíveis. Depois a gente ía fazer as contas. Mas o brasileiro lá de Benjamin Constant, que está no rio Solimões, na fronteira com a Colômbia, aquele cidadão brasileiro era proprietário da Petrobrás, uma empresa estatal. Ele pagava pelo combustível dele o mesmo que uma pessoa aqui no Rio de Janeiro, ao lado da refinaria. Então, esse era o compromisso da Petrobrás. Mas não é só isso. A Petrobrás estava integrada à sociedade, às comunidades onde trabalhava. Veja o caso da Refinaria de Urucu, no Amazonas. Está lá há 30 anos e não tem um problema ambiental. Tínhamos lá um projeto com a Universidade Federal do Amazonas. Com a nossa atividade, produzíamos a criação de pequenas empresas, dávamos emprego ao cidadão, pagavam-se impostos. Isso é que era uma empresa estatal. Mas ela não existe mais. A empresa hoje é de um fundo de investimento, a Black Rock, que quer ganhar dinheiro. Fundo de investimento é pior do que banco porque quer ganhar o máximo com menor risco, no menos prazo de tempo e com menor número de empregos gerados, com trabalho precarizado.

A Petrobrás hoje está de costas para o Brasil. Ela não tem mais nenhum compromisso com o cidadão brasileiro. Nenhum. Um monte de discussão sobre o aumento dos preços e a Petrobrás vai lá e aumenta tudo de novo e o presidente da República vem dizer “não, isso é coisa da Petrobrás. Eu não tenho nada a ver com isso”. É que ele não está lidando com uma empresa estatal, ele está tratando com um fundo de investimento gerindo uma riqueza brasileira, descoberta por brasileiros. É uma empresa contra o Brasil que pertence a grupos financeiros internacionais.

– Nos governos do PT, a Petrobrás teve um papel não só

por ter aumentado a produção de petróleo. A conspiração que levou à derrubada da Dilma e à prisão do Lula, iniciada pela Lava Jato, não foi um vetor para a canibalização da empresa?

– É isso mesmo. Eu colocaria um adendo que é fundamental: o BRICS [sigla do grupo de países formados por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul]. Quer dizer, um país desse que é um dos mais ricos do mundo, com indústria – soberano –, com energia... A grande sacada do governo Lula

A PETROBRÁS HOJE É DE UM FUNDO DE INVESTIMENTO, A BLACK ROCK, QUE QUER GANHAR DINHEIRO. FUNDO DE INVESTIMENTO É ATÉ PIOR DO QUE BANCO

foi a política de conteúdo nacional. Quando nós entramos, fomos à Angra dos Reis porque tinha um estaleiro lá e para entrar tinha um matagal com portão de ferro. Tivemos que bater palma e vinha um cara com uns cachorros. Os estaleiros eram isso.

Durante os governos do PT eram 8 mil empregados, por causa do conteúdo nacional. Tinha gente que dizia: “Não, construir no Brasil sai mais caro”. Tem que sair mais caro mesmo, meu amigo. A indústria naval estava

fechada há 20 anos. Eu visitava pessoalmente os estaleiros de Cingapura e Dubai e eles usam mão de obra escrava. Lá, a construção naval é 25% a 30% de custo de mão-de-obra. Então, construir navio e plataformas no Brasil é mais caro, sim.

E aí eu volto aos BRICS, um país como o Brasil, se desenvolvendo como estava, se junta com China, Rússia, Índia, isso pintou o sinal vermelho em Washington e no grande capital internacional. Decidiram passar o trator e mandaram prender o Lula. Essa interferência foi absolutamente ultrajante. Os juízes e procuradores saíram do Brasil e foram para o Departamento de Justiça dos EUA para receber ordens para fazer o que fizeram.

Quem rompeu a democracia brasileira e rasgou a Constituição foram eles. Essa é uma realidade que nós temos que enfrentar.

– O senhor falou que a Lava Jato destruiu o desenvolvimento da indústria e da engenharia nacional, mas o que vem depois disso, é muito tenebroso. A privatização da BR Distribuidora levou à desorganização completa do setor de óleo e gás. Como esse desmonte afeta o país diretamente?

– Está tudo dentro do script. Esses gasodutos que foram vendidos agora, fomos nós que construímos, companheiro. O GASENE [Gasoduto da Integração Sudeste-Nordeste], fomos nós que construímos. Os gasodutos troncos no Brasil inteiro, inclusive o Coari-Manaus, 650km em plena floresta amazônica, fomos nós que construímos. Foram os brasileiros da Petrobrás, a Petrobrás como ferramenta de governo, cumprindo política de Estado.

No governo FHC, a Petrobrás tinha sido transformada em um conjunto de unidades e negócios. Nossos gerentes de unida-

des eram negociantes, homens de negócios. Eles gerenciavam unidades de negócios de que tinham que dar lucro. A primeira coisa que fizemos foi o seguinte: “Acabou esse negócio. Nós somos um sistema”. E transformamos a Petrobrás numa empresa integrada de energia. Mas isso é porque era outra ótica, a antiliberal. Uma ótica em que se gerencia sistemicamente com a missão de servir a população.

O que está acontecendo hoje é ideológico. Manda esquarterar e todos os ativos vão ter que dar lucro. Perdeu o caráter estatal e transformou a empresa em algo que não é nem mais um conglomerado porque já são outros fundos financeiros que gerenciam os gasodutos, as refinarias que foram vendidas. E venderam os campos terrestres e vão vender os campos marítimos porque o pré-sal e o mercado do Sudeste brasileiros são o filé mignon.

O pré-sal está produzindo gigantescamente e a menos de US\$ 20/barril e vende o petróleo a US\$ 75/barril no mercado. E vende ao preço internacional mais o preço de importação porque se não tiver ninguém compra a Refinaria de Mataripe. E eles querem se livrar de Mataripe também. Cada poço do pré-sal produz 20 mil barris por dia e os custos operacionais são de US\$ 6/dia. É o interesse dos fundos financeiros. É o melhor negócio do mundo. Agora, eles antecipam dividendos. E eles vendem a BR Distribuidora porque não querem compromisso com o cidadão brasileiro que mora em algum lugar longe.

– Paulo Guedes disse que seria necessário vender a Petrobrás porque daqui a 30 anos ela estará obsoleta e não valerá mais nada. E o João Doria diz a mesma coisa. Ou seja, a extrema-direita e a direita “limpinha” também

defendem a privatização. Qual modelo devemos aplicar para recuperar a Petrobrás?

– Essa é uma pergunta central. Primeiro, quero fazer um prolegômeno aí. Quem disse que queria vender a Petrobrás foi o Guedes e onde que ele disse isso? Em Nova York. Ele estava lá junto dos donos dele. E, um dia depois, devem ter dito para o presidente da República dizer a mesma coisa, senão iria pegar mal. O que Guedes, Bolsonaro e Dória falaram é a “voz do dono”. O PSDB está na mesma.

**O PRÉ-SAL ESTÁ
PRODUZINDO
DE MANEIRA
GIGANTESCA E A
MENOS DE US\$ 20
POR BARRIL
E VENDE O
PETRÓLEO A
US\$ 75 POR BARRIL**

Mas aí vem a pergunta crucial: fomos vítimas de um golpe, de um rompimento político-institucional no Brasil. Então, temos que partir do princípio de que tudo isso foi feito de uma forma irregular, dentro dessa ruptura e num atentado contra a soberania brasileira.

Temos que ganhar o governo, temos que eleger também um Congresso que seja voltado a esse nosso alerta de que o Brasil se transformou numa colônia do grande capital financeiro internacional e daí começarmos a

trabalhar como vamos recuperar isso. Porque tem o seguinte, não vimos ainda tudo o que vai acontecer até dezembro de 2022.

Temos que aceitar a defender a recuperação da Petrobrás como uma empresa estatal, em todo o Brasil. Para isso, precisamos – e não sou eu que estou dizendo, não – o Lula, no discurso em São Bernardo do Campo, quando saiu da prisão, disse: “Estejam atentos aos que compraram os ativos da Petrobrás porque nós vamos recuperar isso”. Aliás, uma coisa abjeta o que fizeram com o Lula. Quem que vai pagar por um homem preso por mais de 500 dias? Quem vai pagar por esse crime?

Então, esse é o nosso papel. Nossa proposta tem que ser clara para que o cidadão possa votar sabendo no que está votando. E a mensagem é essa: “Reverteremos tudo o que esse governo está fazendo porque é um governo ilegítimo, produto de uma fraude eleitoral e de um crime judicial”.

Aí tem gente que diz que isso seria ruptura. Não é ruptura. Eu tenho a Constituição [exibe um pequeno exemplar da Constituição Federal]. Não sou advogado, mas a Constituição tem que ser entendida por um cidadão comum, não é? E está lá. No item 1, do Artigo 1º: soberania nacional. Energia é matéria de soberania nacional. Eu estava no Iraque, era gerente de exploração em Bagdá, e descobrimos um campo enorme. O governo iraquiano nos chamou, disse que éramos amigos, mas que tínhamos descoberto um campo muito grande que eles tomariam de volta porque é estratégico para o Iraque. Disseram que não tinham chamado uma empresa estrangeira para fazer a descoberta que tínhamos feito. Eles falaram: “avise ao pessoal no Rio de Janeiro que vamos conversar, mas não

sobre a nossa decisão, e, sim, sobre como vamos cumprir essa decisão". Então, petróleo é energia, é soberania nacional.

Em 2003, o EUA invade o Iraque por causa de Majnoon [maior campo de petróleo do iraquiano]. Ou seja, o capital financeiro internacional invadiu o Iraque em 2003 por causa da Petrobrás. E eles vieram dar o golpe no Brasil também por causa da Petrobrás.

Ainda de acordo com a Constituição, o povo tem o direito de reivindicar. O artigo 14 diz que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal mediante plebiscito, referendo e por iniciativa popular. Na minha modesta opinião, nossa mensagem tem que ser a seguinte: olha, nosso projeto de Brasil, além de retomar os investimentos para o desenvolvimento, vai praticar uma democracia crescentemente participativa, ouvindo a população brasileira.

E ainda tem o artigo 219 da Constituição que aponta que tudo o que eles fizeram foi inconstitucional. O artigo diz que "o mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do país". Isso está na Constituição. Esse mercado interno pertence a nós. Não se pode privatizar um oleoduto. Eu acho que não há outro jeito, senão nós não elegeremos um presidente da República em 2022. Nós elegeremos um governador-geral, um sucessor do Mem de Sá [administrador colonial português]. Quer dizer, o presidente da República irá governar uma colônia.

– Como o senhor acha que o país estaria hoje se o modelo de partilha não tivesse sido desfeito?
– Essa é uma questão muito in-

teressante, porque o cidadão comum desconhece. É o seguinte. Antes da descoberta do pré-sal, e com a Bacia de Campos já em estado adiantado de exploração e produção, você tinha as outras bacias brasileiras e campos pequenos de exploração. Então, havia o risco exploratório. Eram bacias grandes.– em terra ou na costa. Havia muito risco em toda a costa equatorial. Então, tinha que criar atratividade aos investidores. Veja, não estou defendendo essa política. Eu sou favorável ao monopólio estatal do petróleo.

SE NÃO HOUVER UM GOVERNO COMPROMETIDO COM A SOBERANIA, VAMOS ELEGER EM 2022 UM ADMINISTRADOR DA COLÔNIA, COMO MEM DE SÁ

Bom, para atrair o investidor você tem que dizer para ele que se descobrir algo ao correr o risco, o que ele encontrar será dele. Só que, com o pré-sal, quando a gente descobre um campo, não é sorte. Descobrimos o caminho das pedras e o risco exploratório é zerado. A partir daí, não tem mais sentido manter o modelo de concessão que dava, ao investidor que assumiu o risco, a propriedade do petróleo.

O modelo de partilha é dife-

rente. Ele determina que o petróleo é de propriedade da União porque quase não há risco para encontrá-lo. É óbvio que o investidor tem que ser remunerado. Em termos bem gerais, essa remuneração vai vir da concorrência nas licitações. As empresas vão ganhar a atividade de produção de petróleo e vão receber remuneração da União que é a proprietária do petróleo.

Mas tinha outra coisa, e essa é uma informação crucial: a Petrobrás teria que ser operadora única, com no mínimo 30%. E aí que realmente transforma a partilha de produção no Brasil em algo diferente de todos os outros países do mundo. Não é assim na Líbia e em outros locais porque esses países não tinham geocientífica, técnica e tecnológica, para produzir o seu petróleo. Então, a operação não precisava ser com eles. O operador é quem resolve tudo na produção do campo que vai operar, sozinho ou consorciado. Então, era absolutamente indispensável que o governo colocasse a Petrobrás como operadora única porque essa era a ferramenta do governo para uma política de Estado de conteúdo nacional e, conseqüentemente, desenvolvimento industrial, científico e tecnológico. Por isso é que logo [o senador tucano] José Serra, junto com aquela moça da Chevron, disse que a primeira coisa que fariam seria acabar com esse negócio de operadora única. Aí é que reside uma parcela importantíssima do lucro da empresa que vai operar, porque ela vai se desenvolver tecnologicamente e ganhar muito em competitividade internacional no campo em que atua. Essa foi a vantagem da partilha de produção. E tem muito mais.

Colado a tudo isso, tinha o fundo social. A lucratividade do pré-sal é muito grande. E o obje-

tivo era reservar, amarrar essa lucratividade, a um projeto de desenvolvimento social também. A solução brasileira foi muito apropriada. E, para completar, com a Petrobrás como operadora única do pré-sal, era necessário ter uma política de exploração e produção das bacias sedimentares brasileiras que atendessem a longo prazo as nossas necessidades energéticas.

Guedes fala que o petróleo vai acabar e se fala em transição energética. Pois bem, há um processo de aquecimento global que é geológico e vem de 1 milhão de anos. Existe uma correspondência entre a primeira revolução industrial e o aumento de CO² na atmosfera que produz o aquecimento global. Considerando que isso seja importante, o planeta precisa entrar num processo de transição energética porque a matriz energética mundial é 80% fóssil e 20% renovável. No Brasil, a nossa matriz energética é a mais bem equilibrada entre as grandes economias do mundo. Temos 55% fóssil e 45% renovável. É uma matriz energética civilizada, equilibrada, mesmo com a nossa previsão de virmos a consumir 5 mil ou 6 mil barris de petróleo por dia. Esse crescimento do consumo energético vai abrir lugar também para as fontes alternativas. Ou seja, temos 10 milhões de toneladas de petróleo com outras fontes energéticas. Por isso que é importante a visão de longo prazo. Com o desenvolvimento nacional, sempre podemos equilibrar essa matriz. Então, quem tem que fazer transição energética agora são os grandes consumidores: EUA, China e Europa. Porque eles é que produzem uma matriz energética de 80% de origem fóssil e só 20% de origem renovável. Então, sem essa de que temos que ter cuidado ao

produzir o pré-sal porque vamos poluir a atmosfera. A atmosfera já está poluída e foi o consumo de petróleo que fez a riqueza, o protagonismo e o hegemonismo dessas nações no mundo inteiro. O Brasil tem lugar para produzir pré-sal e, mais do que isso, temos uma perspectiva de longo prazo.

– Uma Petrobrás que não é forte, que não se envolve com o desenvolvimento da indústria nacional, atrapalha até o avanço do país com relação a fontes

**ESTE PAÍS É NOSSO.
NÃO HÁ O QUE
ESCOLHER. VEJAM
O LUCIANO HUCK,
QUE FALA EM
ESCOLHA DIFÍCIL.
SE NÃO É LULA,
VAMOS VIRAR UMA
COLÔNIA DE NOVO**

renováveis?

– Essa pergunta também é central. A Petrobrás precisa ser integrada, como um sistema de produção de energia. Por causa da elevada lucratividade do petróleo do pré-sal e de outros campos – porque no geral produzimos a um custo muito barato –, podemos compensar a geração eólica, a geração fotovoltaica, a de biocombustíveis. O importante é que todo o sistema tivesse sustentabilidade econômica. Isoladamente, é difícil você com-

pensar a baixa competitividade de uma energia eólica ou solar com a do pré-sal. Agora, se você gerir essa coisa sistemicamente, você pode manter os preços decentes para o desenvolvimento nacional e pode ter alguns elos que sejam deficitários, mas o conjunto é lucrativo. É aquela coisa, produzir é mais caro do que o petróleo importado, mas é mais negócio produzir no Brasil. Então, a gestão sistêmica com uma fonte muito lucrativa beneficia todo o sistema, todas as outras fontes e você investe para aumentar a competitividade das fontes alternativas.

– Continua otimista com o Brasil?

– Essa questão é crucial. Não vamos ter que fazer em 2022 uma escolha entre um país mais capitalista e de outro lado mais socialista. O que vamos ter que resolver em 2022 é entre um país soberano ou uma colônia. Então, não há possibilidade de dúvida. Essa convicção não é só minha. Mas o povo brasileiro precisa se convencer disso. Não existem duas opções de escolha. Existem duas situações que são mutuamente excludentes em relação à soberania nacional. Não há o que escolher. Ou você recupera o SUS, a Petrobrás, os direitos dos trabalhadores, ou vamos para o Brasil colônia. Essas pessoas que estão aí e outras que se anunciam como alternativa, caso do João Doria, destruíram a soberania nacional.

Este país é nosso. Não há o que escolher. Outro dia, fizeram um absurdo. Luciano Huck falou que seria difícil escolher entre o Lula e o Bolsonaro. Isso é de um absurdo total. Nem se essa pessoa que eu citei tivesse alguma importância. E não tem. Mas não há o que escolher: ou elegemos um presidente da República ou um governador-geral. É isso. Não há nem o que pensar. •

UM PAÍS QUE NÃO EXISTE

Brasil vai à COP 26, sem Bolsonaro nem Mourão. O ministro do Meio Ambiente terá a dura tarefa de reverter a péssima imagem do país na questão ambiental e convencer os países ricos a financiarem a preservação da Amazônia, que vem sendo destruída



Bia Abramo

O Brasil estará de corpo presente na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática de 2021, que começa neste domingo, 31 de outubro, representado pelo ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite. Nem o presidente Jair Bolsonaro nem o vice-presidente, General Hamilton Mourão, que preside o Conselho Nacional da Amazônia Legal e estava designado para chefiar a comitiva, participarão do mais importante encontro sobre meio ambiente do planeta.

A delegação, encabeçada por Leite, o ruralista que substituiu Ricardo Salles, vai para Glasgow passar o chapéu e fazer aquele esforço patético para reverter a péssima imagem do Brasil destruidor do meio ambiente no exterior. É que o país não tem dado bons exemplos. Desde o início deste governo, protagonizou escândalos: queimadas que alarmaram o mundo, onças de patas queimadas e, pior, o envolvimento direto de autoridades do governo em negócios escusos com traficantes de madeira.

Não à toa, o ministro das Comunicações, Fábio Faria, a face institucional e limpinha da máquina de propaganda de guerra cultural do governo Bolsonaro, especialista em edulcorar as mentiras e criar versões alternativas para os malfeitos de Jair Bolsonaro, estará na comitiva. É preciso gastar muita saliva para tentar convencer gente séria que o país que olha apalermado quando alguns dos biomas mais importantes da Terra estão virando deserto está, de verdade, empenhado na preservação

Pedro Ladeira



AUSÊNCIA Bolsonaro e Mourão não participarão da COP 26. O vice justifica: “Nosso governo é de direita, e a maioria que tem consciência é de esquerda”

e no desenvolvimento sustentável. É uma tarefa dura para um governo de néscios.

Leite afirmou na última semana que levará “o Brasil real para a COP do Clima”. Parece querer enganar a si mesmo. Fala sobre “um Brasil empreendedor, um Brasil, como o próprio ministro [da Economia] Paulo Guedes comentou, que realmente faz uma atividade verde.” Leite fazia referência ao Programa Nacional de Crescimento Verde, lançado às pressas na segunda-feira, 25, por iniciativa dos ministérios do Meio Ambiente e da Economia. É uma tentativa de mostrar serviço na área da preservação ambiental. “O lançamento é para deixar claro como o Brasil tem R\$ 400 bilhões na direção verde. Investimentos e financiamentos que são bastante robustos”, promete. Não soube

especificar, entretanto, como o dinheiro será utilizado em projetos de energia renovável, agricultura de baixo carbono, ecoturismo e restauração florestal.

Esquiva às críticas da comunidade internacional, a inexistente política ambiental da gestão de Jair Bolsonaro é tão negacionista e criminoso quanto sua atitude em relação à pandemia. O ex-ministro Ricardo Salles desmantelou órgãos fiscalizadores

– como Ibama e ICMBio –, afrouxou marcos regulatórios, deixou o desmatamento correr solto e, diante dos incêndios na Amazônia e no Pantanal, que causaram danos ambientais dramáticos, limitou-se a culpar índios, agricultores pobres ou as agruras próprias do clima.

Para Bolsonaro, Amazônia, Pantanal e Cerrado só servem para virar pasto ou área de mineração. Em mais de uma ocasião, o presidente

**O BRASIL É VISTO
AOS OLHOS DO
MUNDO COMO
UM PÁRIA,
COMANDADO POR
UM PRESIDENTE
QUE NÃO SE
IMPORTA COM O
MEIO AMBIENTE**

brasileiro mostrou seu desprezo absoluto pelos povos originários. Daí que, nos planos do governo, os biomas brasileiros têm dois destinos possíveis: a exploração econômica ou a transformação em resorts para desfrute dos ricos, com caça e pesca predatórias fazendo parte do pacote.

O General Hamilton Mourão, que por vezes faz o papel do porta-voz da sensatez, justificou a ausência do presidente na COP 26. “Ele vai chegar num lugar e todo mundo vai jogar pedra nele. (...) Existe a questão política. O nosso governo é de direita, e a maioria das pessoas que têm realmente uma consciência ambiental maior é de esquerda”, disse. “Então, há crítica política embutida nisso aí. Tem a questão econômica. Sempre uma busca de uma barreira em relação à pujança do nosso agronegócio, querendo dizer que ele provém de área desmatada da Amazônia, o que não é uma realidade. E, óbvio, a questão ambiental embutida”. Resta saber o que está mais está “embutido” na questão ambiental para Mourão: seria a “indolência dos índios”?

Além de levar pedras em lugar de Bolsonaro, o que a delegação brasileira realmente pretende na COP 26 é arrancar dinheiro dos países ricos. Essa posição foi defendida por Salles na COP 25, com a justificativa de que seria necessário um fundo bilionário para preservar a floresta Amazônica.

Na conferência de 2019, o Brasil foi um dos responsáveis por bloquear as negociações climáticas. Naquele ano, Salles tinha paralisado o Fundo Amazônia, que dava dinheiro para projetos de conservação da floresta sob a alegação de que haveria irregularidades em contratos do fundo, auditado anualmente por órgão internacionais. Um decreto de Bolsonaro extinguiu os comitês

BRASIL É O CAMPEÃO DE POLUENTES

Desmatamento na Amazônia puxou elevação de emissão em 9,5%, na contra-mão do restante do mundo, que poluiu menos em meio à pandemia

As emissões brasileiras dos gases de efeito estufa, que provocam o aquecimento global, cresceram 9,5% no ano passado, puxadas pela alta do desmatamento, principalmente na Amazônia. É com este dado que o governo brasileiro desembarca em Glasgow, na Escócia para participar da COP 26. O dado vem em má hora, porque coloca o Brasil na contramão do que ocorreu no restante do mundo, que registrou queda das emissões em quase 7% em consequência da pandemia de Covid-19. Em 2020, registrou o maior volume de emissões desde 2006.

Estas são as últimas estimativas do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG), do Observatório do Clima, ligado à Organização das Nações Unidas (ONU). Anualmente, o SEEG calcula as emissões brasileiras. Esta é a nona edição e foi divulgada na quinta-feira, 28. O sistema calculou em 2,16 bilhões de toneladas de gás carbônico

equivalente (GtCO₂ e) as emissões nacionais brutas em 2020. Em 2019, a emissão foi de 1,97 bilhão.

“Com o aumento da emissão e a queda de 4,1% no PIB, o Brasil ficou mais pobre e poluiu mais”, diz a nota enviada à imprensa. Descontando a remoção de carbono da atmosfera pelas florestas secundárias e as áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas), as emissões líquidas do Brasil em 2020 foram de 1,52 GtCO₂ e, o que representou um aumento de 14% em relação a 2019. Dos cinco setores da economia que respondem pela virtual totalidade das emissões do Brasil, três tiveram alta, um teve queda e um permaneceu estável.

O setor de energia, que respondeu por 18% das emissões brasileiras em 2020 teve queda de 4,6%. “Isso ocorreu em resposta direta à pandemia, que nos primeiros meses de 2020 reduziu o transporte de passageiros, a produção da indústria

gestores do fundo, que é abastecido pela Noruega e Alemanha.

A diferença agora é que, em 2019, apesar da catástrofe anunciada, o governo Bolsonaro ainda não tinha se dado a conhecer em toda a sua perversidade. Ainda que o Brasil seja objeto de preocupação mundial com relação a temas como a preservação do meio ambiente, a defesa da cultura e da sobrevivência, mesmo dos povos originários, e das possibilidades efetivas de promover desenvolvimento sustentável antes mesmo da eleição

de Jair Bolsonaro, a condução do presidente e seus ministros na pandemia jogou o governo brasileiro num outro patamar de pária internacional.

No ranking dos países que mais agravaram o aquecimento global em 2020, o Brasil apareceu em quinto lugar, atrás apenas de China, Estados Unidos, Rússia e Índia. A maior parte das emissões brasileiras vem do desmatamento ligado a pastagens e culturas agrícolas. Apenas no ano passado, em plena pandemia, enquanto o mundo registrava uma que-

e a geração de eletricidade”, explica o comunicado do SEEG.

As emissões da agropecuária registraram alta, de 2,5%, a maior desde 2010. Se a crise diminuiu o consumo de carne, com redução de quase 8% no abate de bovinos, isso também aumentou em 2,6 milhões de cabeças o rebanho nacional. As emissões de metano por fermentação entérica – o arroto do boi – também cresceram.

O setor de resíduos também registrou alta nas emissões com 1,8% a mais. Os processos industriais, representados sobretudo pela fabricação de aço e cimento, atividades altamente emissores, permaneceram estáveis em suas emissões na pandemia.

O desmatamento na Amazônia e no Cerrado (que, somados, perfazem quase 90% das emissões de uso da terra) foi o grande responsável por emissões de 998 milhões de toneladas de CO₂ e em 2020, um aumento de 24% em relação a 2019.

A mudança de uso da terra mais uma vez desponta como a principal fonte de emissão do Brasil. 2020 foi o ano que tivemos as maiores emissões do setor em 11 anos, um reflexo claro do desmonte em curso da política ambiental pelo governo Bolsonaro. •

da de 6,7% nas emissões, o Brasil seguia na contramão: um aumento de 9,5%, o maior desde 2006.

A credibilidade de ministros bem escanhoados, mas escalados para contar mentiras sobre um Brasil verde, pujante e pronto para voltar a ser o paraíso na Terra não vai colar depois de mais de 605 mil mortos na pandemia da Covid, as imagens dos famintos disputando lixo e os esgaras de indiferença de Jair Bolsonaro ao sofrimento do povo brasileiro. Do Acordo de Paris para 2020, em vez de reduzir, o Brasil elevou as emissões de gases estufa em quase 5%. •



CREDIBILIDADE EM BAIXA

O Brasil chega à Conferência do Clima com as emissões de gases estufa em alta e a credibilidade em baixa. O país se comprometeu a reduzir em 43% as emissões de gases estufa até 2030. Essa foi a meta oficial apresentada no Acordo de Paris pelo governo Dilma. Mas no fim do ano passado, o governo brasileiro, já sob a égide do líder de extrema-direita Jair Bolsonaro, mudou a base de cálculo das metas brasileiras. Segundo especialistas, a medida foi o sinal verde e uma permissão oficial para poluir mais.

“É uma pedalada matemática que foi dada nos números e que afetou os compromissos do Brasil. O Brasil simplesmente diz que vai jogar para atmosfera 400 milhões de toneladas de carbono a mais em comparação ao que tinha prometido em 2015”, explica Márcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima.

Professor do Instituto de Física da USP e cientista do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU, Paulo Artaxo criticou a decisão do governo Bolsonaro. “Não há menor dúvida que o governo mudou a base, a maneira de calcular as emis-

sões que esperaria reduzir junto ao Acordo de Paris”, lamenta. “Isso faz com que o Brasil entre em uma mesa de negociações ainda mais desprestigiado do que antes, sente em uma mesa de negociações com todos os parceiros desconfiando das suas intenções e da sua seriedade”.

Na semana passada, outro golpe na credibilidade do Brasil em relação ao clima. A senadora Kátia Abreu (PP-TO), conseguiu aprovar um projeto que anularia a meta estabelecida pelo Brasil em Paris e permite que o presidente Jair Bolsonaro defina por decreto qual será a nova meta do país. A medida é um retrocesso.

“A meta atual do Brasil é reduzir 43% em relação a um dado conhecido de 2005. Agora, ele virou uma redução de 43% em 2025 de um dado desconhecido, porque é uma projeção que ainda será feita”, explica o coordenador técnico do Observatório do Clima, Tasso Azevedo. “E, diga-se, a projeção só deve ser feita em 120 dias por este governo que não tem mostrado compromisso, por exemplo, com o combate ao desmatamento, nossa principal fonte de emissões de gases de efeitos estufa”. •

PLANO PARA UM BRASIL VERDE

Fundações Perseu Abramo e Verde avançam na construção de uma proposta para o meio ambiente. As duas instituições formalizaram mesa de diálogo em torno da questão ecológica

Ana Vilela

A Fundação Verde Herbert Daniel (FVHD) apresentou, na quinta-feira, 28, a “Proposta para um Brasil verde” à Fundação Perseu Abramo (FPA). Elaborado pelo ambientalista e jornalista Fernando Gabeira, o documento aponta caminhos para que o país retome a preservação ambiental, restaurando, também, a imagem nacional no exterior.

“É necessário formar uma ampla aliança em defesa da vida, em defesa do planeta”, defende o presidente da FPA, Aloizio Mercadante. O diretor-executivo da Fundação Verde, José Carlos Lima, ressaltou “Hora .

“Há uma pauta ambiental muito interessante, em que os

eixos principais são exatamente a descarbonização da economia e o novo modelo de desenvolvimento para o país e para o planeta”, explicou o presidente do Conselho Curador da FVHD, Ivalilson Gomes dos Santos.

A proposta passa por diversos temas. O primeiro refere-se à Amazônia, com o combate aos projetos do atual governo que levam ao retrocesso ambiental. A iniciativa trata ainda da liberação de agrotóxicos, aquecimento e doenças tropicais, segurança alimentar, produção de carne e soja, poluição do mar, elevação do nível dos mares, crises hídrica e energética. Também entram no escopo a preservação das espécies, novas formas de produção de energia, promoção da bioeconomia e cultura e ciência.

Foi formalizada uma mesa de diálogo entre as duas instituições. Agora, a Fundação Perseu Abramo analisará as propostas apresentadas pela Fundação Verde. Um próximo encontro ocorrerá até dezembro. “Aqui é um ponto de partida do que queremos construir com vocês”, declarou Mercadante.

Também compareceram à reunião, realizada na sede da FVHD, em Brasília, o diretor-financeiro da Fundação Verde, Osvander Valadão, o conselheiro Jovino Cândido da Silva, o deputado federal Nilto Tatto (PT-SP), os coordenadores do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas (NAPP) de Reforma Institucional, Jorge Messias, e do NAPP Agrário e Agrícola, Gerson Teixeira. •

Divulgação

PONTOS EM COMUM

O presidente da Fundação Perseu Abramo, Aloizio Mercadante, junto com os dirigentes da Fundação Verde Herbert Daniel e representantes dos NAPPs da FPA. Hora de construir um projeto recolocar o Brasil como potência ambiental diante dos líderes dos outros países





PROPOSTAS PARA A PRESERVAÇÃO DA AMAZÔNIA

Moratória de cinco anos para o desmatamento na Amazônia, exceto para atividades de subsistência, agricultura familiar, plano de manejo, obras de utilidade pública e segurança nacional.

Proposta cria um plano de ação para prevenção e controle do desmatamento, retomada da demarcação das terras indígenas e quilombolas, criação de mais 10 milhões de hectares de áreas de conservação e titulação dos territórios quilombolas.

Também aborda a restituição da competência e da condição institucional do Ibama e do ICM-Bio, com a realização de concursos nos dois órgãos; bem como a restituição das responsabilidades institucionais da Funai.

A proposta também sugere a ampliação das penas para envolvidos com desmatamento, a criação de uma força-tarefa para reprimir crimes fundiários, determina o congelamento imediato dos bens dos cem maiores desmatadores ilegais do país, e coloca como prioridade a retomada do Fundo Amazônia. •

OUTROS PONTOS DA PROPOSTA DO PV

Retrocesso ambiental.

Combate a projetos, medidas ilegais e instruções normativas do atual governo que destroem a legislação ambiental.

Liberação de agrotóxicos.

Estudo de medidas judiciais que possam deter a liberação acelerada dos agrotóxicos; estímulo à produção orgânica.

Aquecimento e doenças tropicais. Criação de um setor especializado no Ministério da Saúde para tratar não apenas da segurança biológica, mas também para monitorar e propor medidas preventivas para as consequências do aquecimento global.

Segurança alimentar. Distribuição de alimentos em crises humanitárias; projetos do tipo Bolsa Família; fortalecimento da agricultura familiar; estímulo às produções locais e comunitárias e utilização de espaços públicos ociosos para a produção de alimentos.

Produção de carne e soja. Em consequência do excessivo gasto de água, uma das propostas é cobrar por seu uso, para que o dinheiro seja revertido para a recuperação das bacias; imposição de outros critérios ambientais.

Poluição do mar. Ampliação urgente das áreas de proteção; fiscalização mais rigorosa da atividade de exploração e transporte de petróleo; combate à poluição por plásticos; esforço específico de saneamento básico, sobretudo nas áreas litorâneas; combate à pesca predatória internacional combinando vigilância marinha e aérea.

Elevação do nível dos mares. Destinação de verbas para estudos e recuperação em áreas visivelmente vulneráveis.

Crise hídrica e energética.

Construção de cisternas para armazenar a água da chuva e depósitos próximos às fontes naturais; racionalização do uso das águas e realização de projetos de recuperação das grandes bacias fluviais (proteção de nascentes; replante das matas ciliares; intensificação do processo de saneamento básico). Impulsionar a descentralização da produção de novas matrizes energéticas (solar e eólica).

Preservação das espécies.

Compreensão de que o processo de destruição dos habitats está ligado ao desmatamento, queimadas, urbanização e caça; definição das espécies ameaçadas; estabelecimento de parcerias com ONGs que atuam no campo; realização de campanhas educacionais; construção de passarelas para o trânsito de animais; e criação de novas áreas de proteção ambiental.

Novas formas de produção de energia. Fortalecimento do Brasil no movimento internacional de pesquisa e produção de hidrogênio verde.

Promoção da bioeconomia. Incentivo à bioeconomia; recompensa para os conhecimentos das populações tradicionais. O PV considera indispensável a presença da bioeconomia nos programas de transição para um mundo descarbonizado.

Cultura e ciência. Defesa do trabalho científico do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC); combate ao negacionismo diante do aquecimento global; estímulo às pesquisas; estímulo à economia criativa e ao turismo histórico e cultural. •



REDES SOCIAIS E DESINFORMAÇÃO: O DESAFIO BRASILEIRO

É hora de democratas e líderes de esquerda acordarem. O Brasil é o próximo tabuleiro das novas operações psicológicas em plataformas de mídias sociais, manipuladas por empresas como a Cambridge Analytica, criadas pelo serviço de inteligência dos EUA para promover a guerra da extrema-direita global

Vladimir de Paula Brito

Várias das empresas protagonistas das redes sociais que atuam no país, tem o seu modelo de negócios atual baseado na publicidade. Com o avanço e conjunção de recursos tecnológicos de Big Data, melhorias na conectividade, capacidade de processamento computacio-



nal e pesquisas desde os anos 70 de psicologia comportamental, percebeu-se que com alguns pequenos “pontos de acesso” se poderia identificar características marcantes de uma personalidade, e com a tecnologia disponível delimitar pequenos universos de pessoas, em um nível de personalização quase infinitesimal.

Constatou-se igualmente que com a abordagem informacional

adequada até mesmo personalidades e comportamentos poderiam ser completamente modificados. Sabia-se isso desde a guerra do Vietnã, e as pesquisas de B. F. Skinner, mas dada a tecnologia vigente o emprego era restrito. Com a atual revolução tecnológica, tudo mudou. Por conseguinte, desejos de consumo poderiam ser não somente identificados como também cunhados, com a disseminação da (des)informação certa e atendidos pela publicidade justaposta.

Fuzis semiautomáticos, carros possantes e poluidores, remédios milagrosos para perda de peso, alimentação gordurosa, sementes transgênicas, tudo pode ser vendido quando transmitido ao público certo, no momento emocional adequado, mesmo que o referido momento tenha que ser criado.

De fato, as empresas de redes sociais utilizam as fragilidades humanas para promover vendas e isso não consiste propriamente em uma novidade. O capitalismo monopolista faz isso secularmente e ganhou na televisão e rádio parceiros essenciais para a busca do consumo irracional. Todavia, as novas tecnologias ampliariam essa lógica exponencialmente, em que o sistema informacional identifica uma “presa”, com um nível de precisão microscópico (microtargeting), e segue propagando até realizar o consumo irracional.

Não bastasse esta tragédia de manipulação comportamental voltada para o consumo sem freios, um primeiro agravante se dá quando parcela expressiva das empresas focadas em redes sociais precisou ampliar as vendas de publicidade, aumentando o lucro, em um universo finito de pessoas online. Por mais que existam bilhões de pessoas cadastradas nas diversas redes, nem todas dedicam grande parte de seu tempo a isso. Para mudar este quadro os algoritmos (programas) de parcela destas empresas começaram a selecionar conteúdo que gerasse mais engajamento.

Ou seja, passaram a fazer que as pessoas continuem conectadas, mesmo que o sentimento provocado seja de aversão ou nojo. A título de exemplo, imaginemos acessar um aplicativo de vídeos e lá encontrar uma filmagem mostrando a Terra, com o título: o planeta é azul. Por outro lado, igualmente imaginemos visualizar a chamada para um vídeo argumentando que a terra é plana.

Qual geraria mais repercussão? Qual provocaria mais compartilhamentos e exibições mesmo que a título de piada?

Trazendo para a realidade brasileira, qual o número de visualizações de uma entrevista da deputada Maria do Rosário (PT-RS) explicando um projeto sobre segurança pública? Por outro lado, quando foi dito em 2014 que a deputada “não merecia ser estuprada” por que “era feia”, quantas pessoas não visualizaram esse vídeo?

Quantas feministas, humanis-

ATUANDO EM TERRITÓRIO FORA DA LEI, SEM FISCALIZAÇÃO DO ESTADO, EMPRESAS LUCRAM COM A PROMOÇÃO DE CONTEÚDO TÓXICO

tas ou democratas, não somente viram o vídeo como o replicaram amplamente em suas redes sociais, gerando volume e repercussão, e ajudando a divulgar um personagem com papel até então bastante limitado na vida política brasileira: Jair Bolsonaro? Ao ampliar de forma gigantesca o alcance deste tipo de mensagem, quantas pessoas fragilizadas pelas inseguranças de um mundo com tantas transformações não se identificaram com a mensagem

agressiva de ruptura da civilidade política, mais do que com seu conteúdo?

Mesmo dando visibilidade para uma ampla gama de desinformações, parte destas empresas de tecnologia lucraram como nunca, e permaneceram até pouco tempo atrás com este modelo de negócio intocado. Ao permitir a promoção da desinformação, seus algoritmos geraram engajamento, com os usuários permanecendo online cada vez mais, e com isso disponibilizando o seu tempo de acesso para ser vendido aos anunciantes. Para esses empresários, não importa se temas como terraplanismo, movimento antivacina, doutrinação gay e demais desinformações negando a ciência, ao adquirirem grande visibilidade, provocaram danos a vida das pessoas. Atuando em um território fora da lei, sem fiscalização do Estado, a promoção desse conteúdo tóxico suscitou enorme quantidade de tempo dos “usuários” para ser vendido, e lucros estratosféricos para tais empresas tecnológicas.

Não bastasse a negação da ciência, outra consequência trágica é a promoção do fascismo e da extrema-direita. Temas relativizando o nazismo, ou imputando-o à esquerda, resgatando a ditadura militar e seus crimes ou minimizando sua corrupção, passaram a irradiar pelas mais diversas camadas da sociedade brasileira. Personagens dos mais bizarros, repentinamente, foram alçados a condição de atores políticos relevantes, devendo ser ouvidos. Suas posições antidemocráticas entraram na pauta, e passaram a constar no panorama político brasileiro e de outras nações, como o exemplo dos EUA demonstrou.

Ainda mais grave foi que o manejo do método de promoção de mentiras e desconstruções de fatos e pessoas não ficou restrito às empresas de redes sociais e

buscas. Em uma espécie de democratização das operações de desinformação, as plataformas igualmente foram sendo empregadas por empresas como a Cambridge Analytica para deturpar plebiscitos e eleições pelo mundo.

O referendo sobre o Brexit, no Reino Unido, e a vitória de Trump, nos Estados Unidos, são dois exemplos amplamente comprovados. No tocante as eleições brasileiras de 2018, em que pesem as dúvidas sobre o envolvimento direto da Cambridge, os métodos foram bastante semelhantes.

Para além da desconstrução dos governos petistas de Lula e Dilma, com farto uso de falácias e calúnias, houve uma mudança de grau naquelas eleições presidenciais. Dentre milhares de desinformações circulando, temas como mamadeira de piroca, kit gay, golden shower, foram os tópicos que mobilizaram o debate eleitoral.

O protagonismo de tais banalidades deixou o mundo político, e a esquerda e centro esquerda perplexos. Ao se aterem ao sentido literal das palavras, não se percebeu que estes atores operavam em uma camada bem mais profunda, originada dos medos e inseguranças de um mundo neoliberal, excludente e bárbaro, em que a expectativa de futuro das novas e velhas gerações é restrita.

Interessante notar que a Cambridge Analytica foi originária do SCL Group (Strategic Communication Laboratories), uma empresa estabelecida nos anos 90 para prestar serviço de análise de "dinâmica comportamental", com

o objetivo de facilitar "comunicação estratégica" – leia-se, operações psicológicas. Esse tipo de empresa atende prioritariamente demandas do Departamento de Defesa e da CIA, com o objetivo de ocultar a participação formal do Estado norte-americano, caso as intervenções sejam desmascaradas.

Cada potência global tem seus métodos específicos de atuação nesta arena, e os EUA operam



terceirizando uma parcela significativa de suas "ações encobertas", criando buffers de proteção ao Estado, o que fornece ao governo de plantão capacidade de negação plausível. O SCL Group teria atuado sobre diversos processos eleitorais, em países como Letônia, Ucrânia, Albânia, Romênia, África do Sul, Nigéria, Quênia, Ilhas Maurício, Índia, Indonésia, e Filipinas. Tais nações foram sendo alvos das operações de manipulação eleitoral da empresa operando para os serviços de inteligência

norte-americanos.

É possível inferir que a Cambridge Analytica decidiu ofertar seus serviços à direita ultraconservadora e intervir em território até então proibido: nações do núcleo duro do "ocidente", como Reino Unido e EUA. A partir do momento em que mudaram seu foco e deixaram de atuar a serviço de todo o império, para assumirem uma facção, provavelmente passaram a repassar seus serviços e conhecimento a atores deste campo em todo o globo. O que indicaria a forte ocorrência de ações de desinformação e foco em

grupos sociais específicos amplamente empregadas sobre as eleições de 2018. Como antes observado, em certo sentido a Cambridge ajudou a democratizar o emprego de "operações psicológicas", ao menos para a extrema-direita.

Ante este panorama parcial, pois o tema é complexo e abrangente, algumas constatações são evidentes.

1. Além de serviços de inteligência estrangeiros das principais potências, uma parcela da extrema-direita global tem acesso a métodos e tecnologia para implementarem operações psicológicas bem sucedidas;
2. Grande volume de desinformação será empregado nas próximas eleições, muitas vezes chegando sub-repticiamente às pessoas, sendo difícil percebê-las e combatê-las;
3. Existirão redes sociais sem representação formal no país que serão um território livre, com grupos de conservadores radicais orquestrando as mais diver-

sas atrocidades; 4. Caso um governo de esquerda assumira a condução do governo federal terá que lidar com grandes antagonistas externos, seus serviços de inteligência, e seus lugares-tenente locais; 5. Por conseguinte, na ocorrência de um novo governo democrático e popular, as operações psicológicas a serviço de agências de espionagem, empresas privadas e grupos fascistas serão inevitavelmente empregadas novamente; 6. Sem o desenvolvimento de capacidades de defesa do Estado brasileiro o cenário pode se tornar ainda mais preocupante. Algoritmos radicalizando posições e promovendo desinformação, novas redes sociais sem controle se tornando o paraíso do crime organizado, promoção ainda maior de preconceitos e de organizações de cunho totalitário, e até mesmo a completa inviabilização de um novo governo mediante a construção de uma realidade fictícia.

Se a realidade nem sempre é fácil, conhecê-la é o principal instrumento para mudá-la. Este contexto futuro não está posto, e tampouco é inevitável. Com política adequada, promovendo a regulação e o maior alcance do Estado e seu sistema judiciário, banindo a atuação em território nacional das empresas do ramo que não sigam as leis brasileiras, em conjunção com a criminalização de tais atividades, é possível mudar o quadro.

O grande desafio da esquerda e dos democratas no contexto atual é compreender este ponto cego, buscando entendê-lo, para em seguida impedir que tais ações continuem sem freio. •

Doutor em Ciência da Informação pela UFMG, é membro do conselho curador da Fundação Perseu Abramo.

Reprodução



FACEBOOK PAPERS COLOCA EMPRESA EM NOVA CRISE

Milhares de páginas de documentos vazados pintam um quadro prejudicial de uma empresa que priorizou o crescimento em detrimento da segurança. Agora, sabe-se que a extrema-direita se beneficiou da falta de moderação da empresa e dos algoritmos

O escândalo veio à tona no último final de semana, quando alguns dos principais e mais influentes jornais do mundo inundaram suas páginas com denúncias de que o Facebook não tem qualquer controle sobre o conteúdo. E que os extremistas de direita se beneficiaram das regras frouxas para desencadear em vários países do mundo, mas também nos Estados Unidos, no episódio de invasão do Congresso, em janeiro de 2021, campanhas de ódio e desinformação.

Os documentos que vieram à tona, publicados em jornais sérios como *Financial Times*, *Le Monde*, *Washington Post*, *Wall Street Journal* e *New York Times* permitem vislumbrar falhas de gerenciamento, comportamento omissivo da direção da empresa e descontrole completo. Sabe-se agora que a modera-

ção do Facebook é mais fraca em outros idiomas além do inglês. Que a plataforma oferece conteúdo de maneira diferente para homens e mulheres. Que a empresa desativou as salvaguardas contra o extremismo antes do motim do Capitólio. E, por fim, que seu algoritmo é mal compreendido mesmo dentro do Facebook.

A gigante das redes sociais – que anunciou a mudança de nome da holding de Facebook para Meta – está lutando agora contra a sua crise mais grave desde o escândalo da Cambridge Analytica, depois que uma denunciante acusou diante do Congresso dos Estados Unidos e do parlamento britânico que a empresa colocou o “lucro acima da segurança”. A ex-gerente Frances Haugen jogou luz sobre o funcionamento interno do Facebook por meio de milhares de

páginas de memorandos vazados para a imprensa.

Os documentos foram divulgados aos órgãos reguladores dos EUA e fornecidos ao Congresso de forma redigida pelo consultor jurídico de Frances Haugen. No início de outubro, Haugen testemunhou no Congresso dos EUA que a empresa de mídia social não faz o suficiente para garantir a segurança de seus 2,9 bilhões de usuários, minimiza os danos que pode causar à sociedade e engana repetidamente os investidores e o público. Na última semana, o Financial Times compilou quatro revelações surpreendentes que os documentos vazados por Haugen contém.

1. Problema de linguagem

O Facebook é frequentemente acusado de não moderar o discurso de ódio em seus sites em inglês, mas o problema é muito pior em países que falam outras línguas, mesmo depois de a empresa ter prometido investir mais após ser acusada facilitar o genocídio em Mianmar, em 2017.

Um documento de 2021 alerta sobre o número muito baixo de moderadores de conteúdo em dialetos árabes falados na Arábia Saudita, Iêmen e Líbia. Outro estudo do Afeganistão, onde o Facebook tem 5 milhões de usuários, descobriu que até as páginas que explicam como denunciar o discurso de ódio foram traduzidas incorretamente.

As falhas ocorreram mesmo quando a própria pesquisa do Facebook marcou alguns dos países como de “alto risco” por causa de seu cenário político frágil e frequência de discurso de ódio. De acordo com um documento, a empresa alocou 87% de seu orçamento para desenvolver seus algoritmos de detecção de desinformação para os EUA em 2020, contra 13% para o resto do mundo.

2. Como funcionam os algoritmos

Vários documentos mostram o Facebook perplexo com seus próprios algoritmos. Um memorando de setembro de 2019 descobriu que os homens estavam recebendo 64% mais posts políticos do que as mulheres em “quase todos os países”, com a questão sendo particularmente grande nos países africanos e asiáticos.

Embora os homens tenham maior probabilidade de seguir contas que produzem conteúdo político, o memorando afirma que os algoritmos de classificação de feeds também desempenharam um papel significativo.

Um memorando de junho de 2020 concluiu que era “virtualmente garantido” que os “principais sistemas do Facebook mostram tendências sistêmicas com base na raça do usuário afetado”.

O autor sugeriu que talvez a classificação do feed de notícias seja mais influenciada por pessoas que compartilham com frequência do que por aquelas que compartilham e se envolvem com menos frequência, o que pode estar relacionado à raça. Isso faz com que o conteúdo de certas raças seja priorizado em relação a outras.

3. Falhas de inteligência artificial

O Facebook há muito diz que seus programas de inteligência artificial podem detectar e eliminar a incitação ao ódio e os abusos, mas os arquivos mostram seus limites. De acordo com uma nota de março de 2021 por um grupo de pesquisadores, a empresa toma medidas em apenas 3 a 5% de discurso de ódio e 0,6% de conteúdo violento. Outro memorando sugere que pode nunca conseguir ir além de 10 a 20%, porque é “extraordinariamente desafiador” para a IA entender o contexto em que a linguagem é usada.

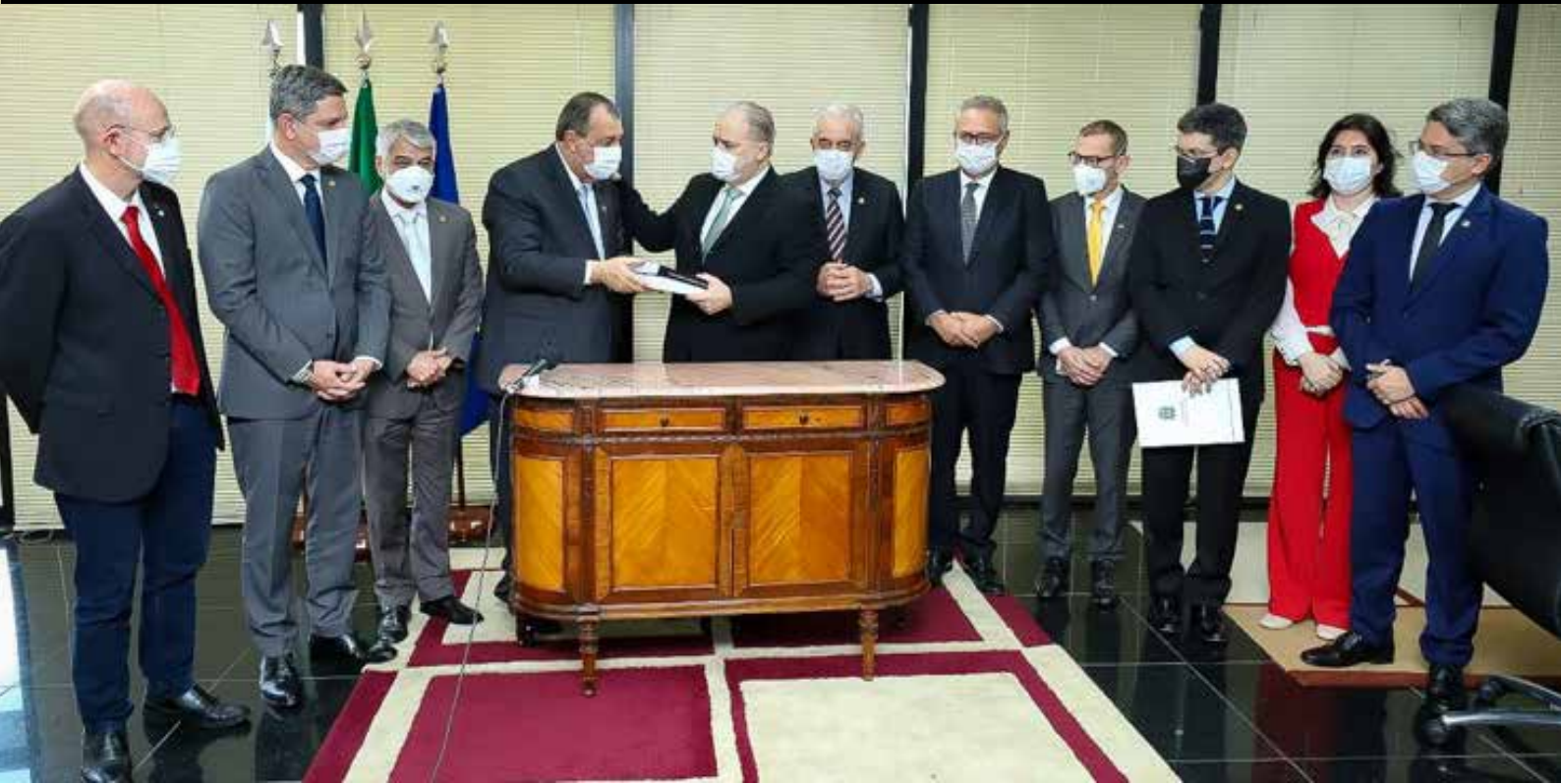
No entanto, o Facebook já havia decidido confiar mais na IA e cortar o dinheiro que estava gastando com moderação humana em 2019 quando se tratava de discurso de ódio. Em particular, a empresa tornou mais difícil relatar e apelar contra decisões sobre discurso de ódio.

A empresa diz que “ao combater o discurso de ódio no Facebook, o objetivo é reduzir sua prevalência, que é a quantidade que as pessoas realmente veem”. A plataforma acrescentou que o discurso de ódio responde por apenas 0,05% do que os usuários veem, um número que caiu em 50% nos últimos três trimestres.

4. Falha na invasão do Capitólio

Os documentos revelam a luta do Facebook para conter a explosão de discurso de ódio e desinformação em sua plataforma em torno do motim de 6 de janeiro em Washington, gerando turbulência interna. Os memorandos mostram que a empresa desligou certas salvaguardas de emergência na esteira da eleição de novembro de 2020, apenas para lutar para reativar algumas quando a violência explodiu. Uma avaliação interna constatou que a rápida implementação das medidas foi dificultada pela espera da aprovação da equipe de política.

Mesmo as ações proativas falharam em surtir o efeito desejado. Em outubro de 2020, o Facebook anunciou que deixaria de recomendar “grupos cívicos”, que discutem questões sociais e políticas. No entanto, devido a dificuldades técnicas na implantação da mudança, 3 milhões de usuários dos EUA foram recomendados a pelo menos um dos 700 mil grupos identificados diariamente entre outubro de 2020 e meados de janeiro de 2021, de acordo com uma nota de pesquisa. •



E AGORA, ARAS? Integrantes da CPI entregam relatório final de mais de 1,2 mil páginas ao procurador-geral da República

CPI LISTA CRIMES DE BOLSONARO

“O mundo está alerta. Talvez, pela primeira vez, um país, em investigação que não é num período de guerra, avalia um chefe de Estado como alguém que cometeu crimes contra a humanidade”, lembra Humberto Costa. Imprensa mundial repercute

Seis meses depois do início das investigações sobre desmandos e crimes que geraram um dos maiores índices de mortalidade do mundo durante a pandemia – mais de 605 mil vítimas –, a CPI da Covid chegou ao fim dos seus trabalhos consagrando um relatório final em sessão histórica, na terça-feira, 26, culminando com a aprovação do documento que lista 79 duas pessoas, incluindo o presidente Jair Bolsonaro, e mais duas empresas pela tragédia que levou à morte milhares de pessoas.

Por 7 votos a 4, os senadores aprovaram o documento de mais de 1.200 páginas, que confirmou os 12 delitos pelos quais Bolsonaro terá de responder, incluindo

crimes contra a humanidade. A comissão aprovou a quebra do sigilo do líder da extrema-direita brasileira nas redes sociais em função da live na qual ele associou falsamente a vacinação contra a Covid-19 com o desenvolvimento do vírus da Aids. Além de Bolsonaro e dos três filhos – Flávio, Carlos e Eduardo – autoridades, aliados do governo, ministros e ex-ministros também foram apontados pela CPI como suspeitos de crimes.

Entre as autoridades, estão os ministros Marcelo Queiroga (Saúde), Onix Lorenzoni (Trabalho), Wagner Rosário (CGU) e Braga Netto (Defesa), além dos ex-ministros Eduardo Pazuello (Saúde) e Ernesto Araújo (Relações Exteriores). Também foram incluídos os deputados federais Bia Kicis

(PSL-SP), Carla Zambelli (PSL-SP), Carlos Jordy (PSL-RJ), Osmar Terra (MDB-RS) e Ricardo Barros (PP-PR).

O relator Renan Calheiros (MDB-AL) incluiu no documento final uma recomendação para que o Tribunal de Contas da União (TCU) fiscalize a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia no Sistema Único de Saúde (Conite). O órgão suspendeu análise de parecer contrário ao uso do ‘kit covid’ para tratar a doença.

“O mundo está alerta”, diz Humberto Costa (PT-PE). “Talvez, pela primeira vez, um país, numa investigação que não é num período de guerra, nem de disputas étnicas, nem em meio a atos de terrorismo, julga, avalia um chefe de Estado como alguém que cometeu crimes contra a humanidade, atacou

a democracia e deu tratamento vil às populações indígenas”.

A aprovação do relatório ganhou destaque na imprensa internacional. Os principais diários e agências de notícias do planeta repercutiram o pedido de indiciamento de Bolsonaro crimes cometidos na crise sanitária. Os jornais *The Guardian*, *The Times*, *New York Times*, *Washington Post*, *Le Monde*, *Libération*, *Público*, *Diário de Notícias*, *Página 12* e *Clarín*, além das revistas *Der Spiegel* e *The Economist*, assim como agências como BBC, Reuters e Associated Press, deram amplo destaque ao encerramento dos trabalhos da CPI.

O *New York Times* enfatizou que o relatório “acusa Bolsonaro de ter provocado milhares de mortes desnecessárias ao desestimular o uso de máscaras, ignorar ofertas de vacinas e promover drogas ineficazes contra a Covid-19”. Já o *Washington Post* detalhou os crimes que pesam sobre o presidente: “acusações que vão de charlatanismo e incitação ao crime ao uso indevido de fundos públicos e crimes contra a humanidade”.

Humberto disse que, se não fosse o trabalho da CPI, da imprensa e da pressão popular, o povo continuaria largado à própria sorte, sem vacina. “Essa CPI foi fundamental para a história do nosso país, foi capaz de catalisar a atenção a insatisfação da população, que estavam dispersas, e trouxe luzes sobre fatos acontecidos em toda a pandemia”, apontou o senador, para quem a CPI provou que Bolsonaro apostou na tese da imunidade da rebanho pela contaminação.

“Vamos à PGR (Procuradoria-Geral da República), Tribunal Penal Internacional de Haia, alto comissariado de direitos humanos da ONU, comissão inter-americana de direitos humanos e, acima de tudo, não vamos esquecer nem abandonar as vítimas da covid-19”, prometeu. •



MONITORAMENTO O senador Humberto Costa (PT-PE) e colegas da CPI anunciam criação da Frente Parlamentar Observatório da Pandemia

SENADO CRIA OBSERVATÓRIO PARA ACOMPANHAR PANDEMIA

Frente vai monitorar os desdobramentos das investigações da CPI da Covid e, com a participação da sociedade, abrir espaço para novas denúncias. Senadores entregam relatório a órgãos competentes

O plenário do Senado aprovou na quinta-feira, 28, o projeto que cria a Frente Parlamentar Observatório da Pandemia de Covid-19. O objetivo é fiscalizar e acompanhar os desdobramentos jurídicos, legislativos e sociais das investigações realizadas ao longo dos últimos seis meses pela CPI da Covid. O texto segue para promulgação.

O Observatório vai funcionar como uma extensão da CPI, que encerrou suas atividades na última semana. Os senadores vão continuar monitorando as políticas públicas de enfrentamento à pandemia no país, além de acompanhar as providências judiciais que resultarem das informações consolidadas no relatório final da comissão – como pedidos de investigação e de indiciamento.

A frente quer manter um canal aberto com a sociedade para receber novas denúncias. A partir

delas, o grupo poderá sugerir iniciativas legislativas para corrigir falhas de gestão da saúde pública e apontar soluções para eventuais problemas.

A relatora do projeto foi a senadora Zenaide Maia (Pros-RN). Ela sugeriu a criação de um observatório da pandemia logo após a CPI ouvir o relato de Tadeu Frederico Andrade, ex-paciente da Prevent Senior, internado com Covid-19 e que teve o tratamento interrompido sem autorização da família.

“A Covid-19 já atingiu mais de 21 milhões de pessoas e causou mais de 607 mil óbitos no Brasil. No entanto, os efeitos dessa pandemia, que é considerada a pior crise sanitária e social da história do país, foram agravados, de acordo com a CPI, em razão da inoperância do governo federal, que demorou para adquirir os imunizantes, além de disseminar tratamentos comprovadamente

ineficazes contra a doença”, aponta a parlamentar. “Por essas razões, a criação da Frente parlamentar merece nosso apoio. Será um instrumento para monitorar e fiscalizar os desdobramentos das investigações e assegurar a responsabilização de todos os envolvidos”.

A frente parlamentar não terá número definitivo de membros. Todos os senadores que assinarem a ata de criação farão parte dela. Posteriormente, será permitida também a participação de entidades da sociedade civil.

Ainda na quinta-feira, os senadores da CPI levaram o relatório final dos trabalhos ao Tribunal de Contas da União (TCU), à Procuradoria da República no Distrito Federal, ao Ministério Público do Trabalho e ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux. No dia anterior, o resultado da investigação parlamentar foi entregue ao procurador-geral da República, Augusto Aras, e ao ministro responsável pelo inquérito das fake news no STF, Alexandre de Moraes, além do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

“Estamos levando a todos os órgãos de controle e investigação as informações produzidas pela CPI, as provas que conseguimos obter. A CPI não é um tribunal, não tem poder de punir. Caberá a outros órgãos, em especial, ao Poder Judiciário fazer isso”, explica o senador Humberto Costa (PT-PE).

A Procuradoria da República no Distrito Federal vai analisar os pedidos de indiciamento e os documentos da investigação da CPI referentes aos fatos envolvendo improbidade administrativa e corrupção supostamente praticados por pessoas físicas e jurídicas em primeira instância. É o caso do ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde coronel Elcio Franco; do ex-diretor de Logística da pasta Roberto Dias; do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) e de outras 10 pessoas. • **PT no Senado**

Reprodução

JUDICIÁRIO



RECADO O ministro Alexandre de Moraes, que assume Presidência do TSE em 2022, disse que disparos em massa não serão mais tolerados pela Corte

TSE LIVRA BOLSONARO DA CASSAÇÃO

Rejeitada ação contra abusos na campanha de 2018. Tribunal diz que disparos em massa contra adversários serão punidos com a cassação, mas só a partir de 2022

A Justiça Eleitoral reconheceu que, impulsionado pelo Gabinete do Ódio, disparos em massa via WhatsApp permitiram atacar adversários na disputa eleitoral de 2018 em benefício da candidatura de Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão à Presidência da República. Apesar disso, o Tribunal Superior Eleitoral disse que “não há elementos que permitam firmar, com segurança”, a gravidade dos fatos, requisito para a caracterização do abuso de poder econômico e do uso indevido dos meios de comunicação.

O entendimento do Tribunal Superior Eleitoral foi o que permitiu à Corte rejeitar, por unanimidade, as duas ações de investigação judicial eleitoral ajuizadas pela coligação Brasil Feliz de Novo, do candidato Fernando Haddad (PT), contra a chapa Bolsonaro-Mourão por ilícitos eleitorais que poderiam levar à cassação e decretação da inelegibilidade dos mesmos. A decisão que afastou a cassação da chapa bolsonarista e negou decretação da inelegibilidade do presidente e do vice seguiu o voto do relator, o corregedor-geral eleitoral Luís Felipe Salomão.

Na sexta-feira, 30, a mídia comercial fez alarde sobre o impacto da medida, que teria o condão de servir de alerta ao presidente da República, cuja estratégia principal de campanha foi promover desinformação e mentira contra os adversários políticos. O TSE decidiu não punir Bolsonaro pela estratégia de promover disparos em massa com mentiras contra adversários, na eleição de 2018. A punição só vale no futuro.

Ainda durante o julgamento, o ministro Alexandre de Moraes, que presidirá o TSE nas eleições de 2022, afirmou que a Justiça Eleitoral “não será pega de surpresa” na campanha presidencial do próximo ano como “o Brasil foi pego de surpresa em 2018 por essas milícias digitais”. Disse o ministro: “Já sabemos como são os mecanismos, quais são as provas que devem ser obtidas e como. E não vamos admitir que essas milícias digitais tentem novamente desestabilizar as eleições, as instituições democráticas, a partir de financiamentos espúrios, não declarados, a partir de interesses econômicos também não declarados e que estão sendo investigados. Porque aqueles que auxiliaram depois tiveram contrapartida”. •



BOLSONARO E GUEDES: OS NOMES DA CRISE

Três institutos de pesquisa – Datafolha, PoderData e Ideia Big Data – apontam a alta da inflação e a queda de renda como os maiores problemas para a maioria. Nada menos que 45% dos brasileiros acreditam que a responsabilidade direta pela crise é o governo

Matheus Tancredo Toledo* e
Jordana Dias Pereira**

Nos últimos artigos para a Focus Brasil, e também na edição de número 12 do boletim do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo, demonstramos como as pesquisas recentes quantificam percepções da opinião pública sobre o já evidente caos na gestão de Jair Bolsonaro e do seu ministro Paulo Guedes, na área econômica.

Aqui, evidenciamos tendências

encontradas em três pesquisas recentes: 1) A percepção da inflação e o imperativo de reorganização do consumo das famílias, que torna-se cada vez mais o grande tema para o país e para a população; 2) A responsabilização do governo Bolsonaro e a queda da aprovação de Guedes; e 3) O pessimismo em relação ao futuro imediato.

Estes três resultados demonstram quão descolados estão o governo e os operadores do mercado financeiro, das necessidades e preocupações materiais do povo brasileiro. As pesquisas analisadas foram feitas pelos institutos Datafolha – entre 13 e 15 de setembro,

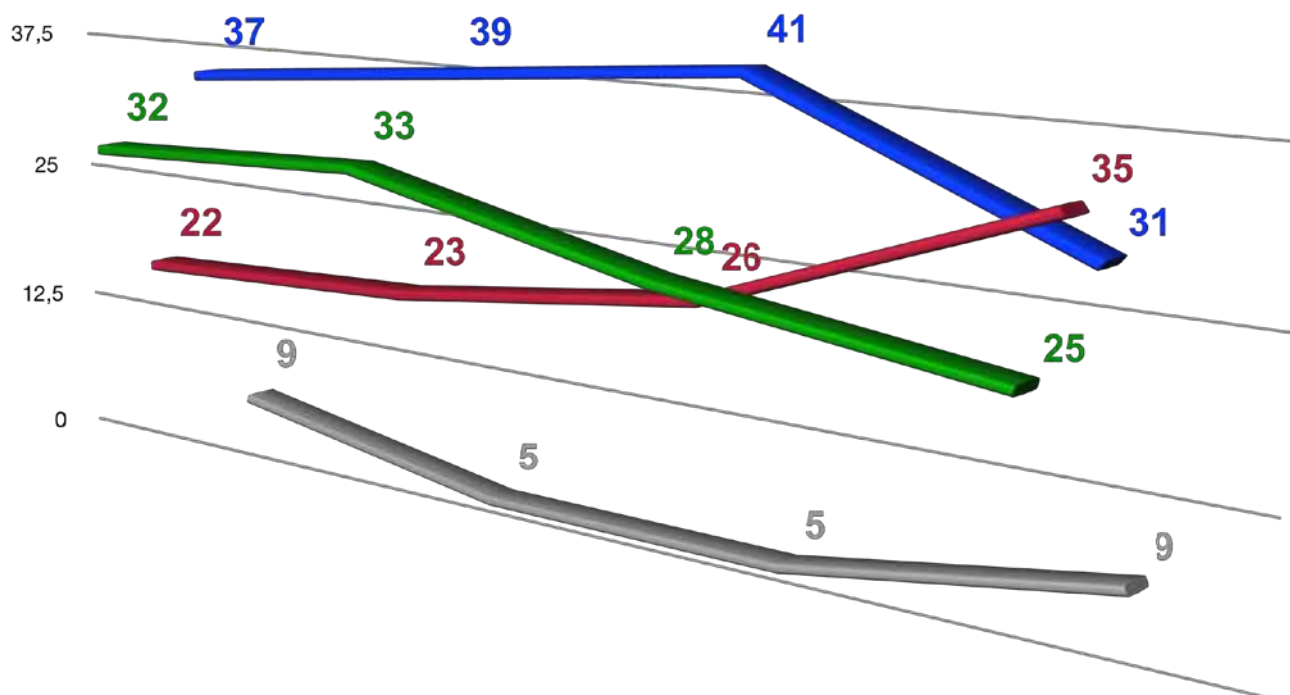
presencialmente –, PoderData – de 11 a 13 de outubro, via telefone – e Ideia Big Data – de 18 a 21 de outubro, via telefone.

Segundo o levantamento do Ideia Big Data, os temas vinculados à inflação e renda em 2021 têm sido um grande problema para o dia a dia de 79% dos brasileiros. Os itens que mais têm pesado no bolso da população de renda mais baixa são os alimentos e as bebidas. Para as classes A e B, o aumento do preço dos combustíveis tem peso maior.

Ainda segundo a mesma pesquisa, 68% dos entrevistados mudaram hábitos de consumo em

Avaliação do ministro Paulo Guedes

Evolução pelo instituto PoderData



2021 por conta da inflação. O número está mais tímido que aqueles apresentados pelo DataFolha em setembro. Naquela ocasião, o instituto mostrou que 85% dos brasileiros reduziram o consumo de algum item alimentício desde o início do ano, com destaque para carne de boi, refrigerantes, sucos e laticínios.

Destaca-se ainda que o imperativo da mudança nos padrões de consumo afetou toda a sociedade, não havendo diferenças tão significativas quando analisados os segmentos por idade, escolaridade ou mesmo renda.

A Idea Big Data aponta ainda que 45% dos brasileiros acreditam que o principal responsável pela crise é o governo federal, contra 28% daqueles que responsabilizam os governadores. Novamente, um número mais tímido em relação ao Datafolha, que mostra mais de 70% considerando que o governo Bolsonaro tem muita ou alguma responsabilidade sobre a crise.

Essa percepção, como demonstrado em artigos anteriores, afetou a avaliação do governo

Bolsonaro e também de Paulo Guedes, como revela a pesquisa da PoderData, instituto ligado ao site Poder360.

Um último levantamento aponta que 48% dos brasileiros conhecem bem o ministro e outros 46% "ouviram falar" - enquanto 7% não o conhecem.

Excluindo esses últimos, o levantamento mensurou a avaliação do ministro entre quem o conhece de alguma forma. Entre estes, 35% avaliam seu trabalho como "ruim" ou "péssimo", enquanto 25% o veem de forma positiva - uma alta de 9 pontos percentuais na negativa e queda de 3 pontos na positiva, comparado a fevereiro de 2021, período da última aferição.

A avaliação regular de Guedes caiu 10 pontos, de 41% para 31%. A opinião sobre o ministro segue a mesma tendência por perfil da avaliação do próprio governo: ele é melhor avaliado por pessoas de 45 a 59 anos e na região Centro-Oeste. Entre os que mais o rejeitam estão os jovens de 16 a 24 anos, além de pessoas com escolaridade superior.

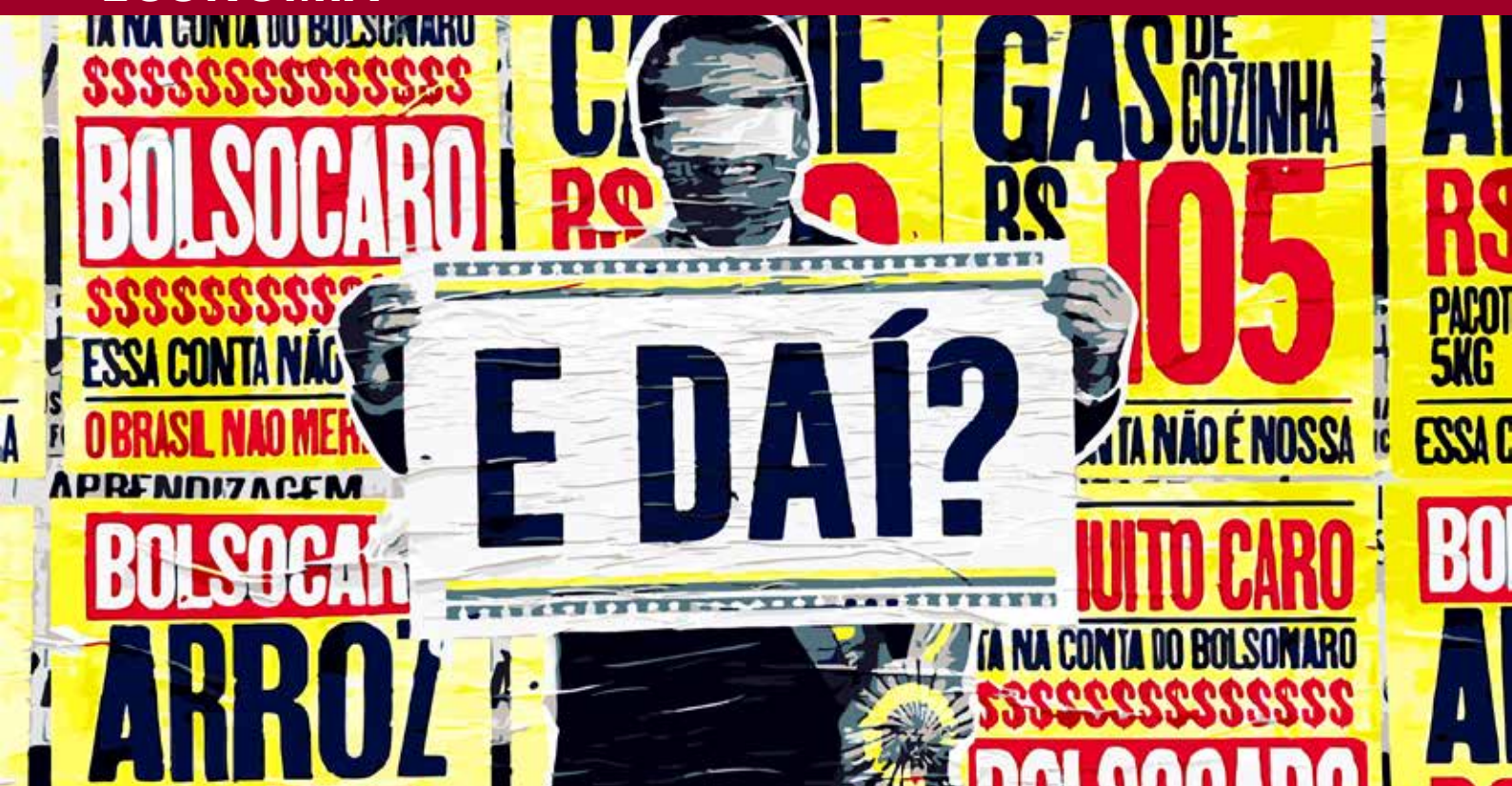
Com uma situação econômica

atual bastante preocupante e tendo à frente do governo federal e do ministério da Economia líderes que demonstram pouca disposição em resolver o problema da inflação, desemprego e queda de renda, a população demonstra estar cada vez mais pessimista.

A última pesquisa da Idea Big Data aponta que 61% dos brasileiros e brasileiras mostram pessimismo em relação ao futuro, acreditando que os preços devem seguir aumentando nos próximos seis meses. Entre os mais pobres - caracterizada pelo instituto como classes D e E - quase 50% não veem uma melhora econômica para o próximo período.

Outras pesquisas têm reforçado que a perspectiva de melhora é baixa entre os brasileiros. Segundo o Datafolha, 69% esperam piora na inflação e apenas 12% veem a possibilidade de melhora. Em relação ao desemprego, há expectativa de piora para 54% dos brasileiros. •

* Cientista político com mestrado na PUC-SP, é analista do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da FPA. ** Mestre em sociologia, é coordenadora do Noppe da FPA.



Roberto Perizotti

O CÉU É O LIMITE

A Petrobrás anuncia nova rodada de aumentos dos combustíveis, colocando a economia nacional em risco. Desde o início do ano, a gasolina acumula alta de 74% e o diesel, 65%. O povo não aguenta

Artur Araújo e Danilo Molina

O início da semana não trouxe boas notícias para o povo brasileiro. Como já virou rotina no governo de Jair Bolsonaro, os combustíveis sofreram novo reajuste a partir da terça-feira, 26. Com isso, a gasolina acumulou alta de 74% e o diesel de 65%, nas refinarias, desde o início do ano. E não vai parar.

Só em 2021, a Petrobrás promoveu pelo menos 10 aumentos no preço do óleo diesel e 11 no valor da gasolina. E quem paga a conta dessa escalada dos preços dos combustíveis é o povo. Os

dados mais recentes da inflação, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), revelam alta de 33% no preço do diesel e de 39,5% no valor da gasolina para o consumidor nos últimos 12 meses.

Sem nenhuma proposta para enfrentar o problema do preço dos combustíveis, a reação de Bolsonaro foi a de declarar que a Petrobrás só dá dor de cabeça e que a privatização da empresa entrou no radar do governo federal. “Vamos partir para uma maneira de quebrarmos mais monopólio. Quem sabe até botar no radar da privatização. É isso que nós queremos”, declarou, em entrevista à Jo-

vem Pan.

Como de costume, Bolsonaro também tentou se eximir da responsabilidade e reafirmou que não irá interferir na política de preços de combustíveis da Petrobrás. Além disso, como de praxe, criticou governadores pela cobrança do ICMS sobre combustíveis. Como se o aumento dos combustíveis fosse explicado pelo aumento de tributos, e não como resultado de sua política de alinhamento aos preços internacionais do petróleo.

A verdade é que, desde 2016, quando a Petrobrás adotou uma nova política de preços de combustíveis, segundo a qual os rea-

justes são baseados na paridade com o mercado internacional de forma quase que imediata, o povo sofre com os constantes aumentos de preços. Essa política privilegia a geração de lucros para os acionistas e onera o consumidor por definir preços dolarizados e baseados em padrões externos e não nos custos de extração, refino e distribuição internos.

Em artigo publicado no *Correio Braziliense*, o coordenador técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás e Bicomcombustíveis, William Nozaki, defende que, sem uma mudança na Petrobrás, que classifica como não adequada ao país, os preços não irão cair. “A causa da alta dos preços dos combustíveis é a política de refino da atual gestão da Petrobrás, pois é ela quem cria um canal de contágio direto entre o mercado internacional e a bomba do posto de combustíveis e, de quebra, nos torna mais dependentes de importações. Sendo assim, enfrentar a inflação de combustíveis sem confrontar esse problema equivale a tratar a pandemia com cloroquina”, defende.

No mesmo sentido, o economista e ex-presidente da Petros, Henrique Jaeger, afirma que se o quadro não for revertido, toda a população brasileira, especialmente os extratos mais pobres da sociedade, sofrerão as consequências dessas decisões por um longo prazo. “O aumento contínuo dos derivados do petróleo impactará em mais inflação e no aumento da concentração de renda no país”, argumenta.

Antes de ocupar a Presidência, Bolsonaro se posicionava contra a atual política de preços da Petrobrás. Em vídeo que circula nas redes sociais, o então deputado advertia: “Acompanhar o preço internacional, com a minoria entrando aqui, isso é um mau-caratismo”. Mudou? •



BOLSONARO APOIOU Em 2018, a greve dos caminhoneiros paralisou o país

A AMEAÇA DE NOVA GREVE DOS CAMINHONEIROS

Movimento anuncia paralisação trazendo risco de desabastecimento e responsabiliza diretamente o governo pelos aumentos sucessivos da tarifa do diesel

Com o preço do óleo diesel nas alturas, os caminhoneiros, categoria que votou majoritariamente em Bolsonaro na eleição presidencial de 2018, prometem uma greve geral a partir desta segunda-feira, 1º de novembro. Além da diminuição do preço do diesel, os motoristas de caminhão reivindicam a defesa da constitucionalidade do Piso Mínimo de Frete e o retorno da aposentadoria especial após 25 anos de contribuição ao INSS.

Apesar das tentativas do ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, de minimizar o movimento grevista, os principais líderes dos caminhoneiros têm reafirmado a força da paralisação, caso o governo não apresente alguma proposta concreta para a categoria. Segundo Wallace Landim, o Chorão, a situação de hoje é pior do que a enfrentada em 2018 pe-

los caminhoneiros, quando houve greve do setor que paralisou o país, gerando uma situação de desabastecimento generalizada.

José Roberto Stringasci, da Associação Nacional de Transporte no Brasil (ANTB), também confirma a greve. “Ninguém está aguentando mais. A categoria resolveu parar e pedir para o presidente da República mudar a política de preços. E agora não é só a categoria não, é o povo brasileiro que está se conscientizando disso. Está forte o movimento”, afirmou.

Marconi França, um dos líderes da categoria, responsabiliza Bolsonaro pela greve e pelo aumento do preço dos combustíveis. “Desta vez, a categoria vai parar porque infelizmente não tem condições de rodar. Ficou inviável a gente ficar rodando. E essa paralisação tem nome e sobrenome: Bolsonaro e Tarcísio”, declarou. •



FUP/Divulgação

GOVERNO AMEAÇA VENDER PETROBRÁS

Especialistas apontam que a venda da estatal, que vem sendo desmanchada desde a deposição de Dilma Rousseff, vai resultar em mais aumentos dos preços de combustíveis

Para entender o impacto das políticas de Bolsonaro na Petrobrás, a Focus Brasil procurou especialistas na área de petróleo e gás. A avaliação geral é que, com Bolsonaro, a estatal vem passando por um processo de completo desmonte, que envolve o enxugamento da empresa, a venda de refinarias, a abertura do mercado brasileiro para importadores e a operação de refinarias em capacidade ociosa.

Para o economista e ex-presidente da Petros Henrique Jaeger, o cenário atual da Petrobras é de continuidade da desconstrução da empresa que se iniciou com

o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. “Esse processo tem passado pela venda generalizada de ativos nos segmentos de logística, refino, transporte, distribuição, armazenamento de combustíveis e gás natural, geração de energia elétrica por meio de usinas termelétricas e eólicas, retirada do segmento de biocombustíveis, redução drástica dos investimentos, inclusive em pesquisa e formação dos trabalhadores, saída do segmento de produção de fertilizantes, com fechamento e arrendamento de fábricas, reposicionamento espacial da empresa com concentração dos seus ativos na região Sudeste, basicamente no eixo Rio de Janeiro e São Paulo,

com foco na produção de petróleo e gás natural para exportação na província do Pré-Sal”, analisa.

“É importante destacar que estes movimentos de vendas de ativos destacados vão na contramão das estratégias adotadas pelas maiores empresas de petróleo do mundo, que vem aumentando a diversificação e investindo cada vez mais em energias renováveis”, prossegue.

Segundo Jaeger, a Petrobrás foi e ainda é um fator essencial para o desenvolvimento do país. “A empresa tem e pode contribuir para o crescimento integrado do país, sem abrir mão de resultados no curto e médios prazos. A política de

vincular os preços no Brasil aos preços cobrados na Coreia do Sul, Europa e Estados Unidos tem que ser banida”, aponta. “Como uma empresa estatal, a Petrobrás tem que buscar o equilíbrio entre a geração de resultados para os acionistas e a geração de resultados para a sociedade brasileira”.

Para a doutora em desenvolvimento econômico e economista-chefe do Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa, Juliane Furno, o atual cenário da Petrobrás é de uma empresa que, a despeito de ser estatal, já se comporta de forma análoga à de uma empresa privada. “A Petrobrás está perdendo capacidade de operar como uma empresa que serve, preservando aspectos de equilíbrio financeiro interno, como instrumento de operacionalização de políticas públicas, tais como a amortização da volatilidade da remarcação de preços mas também de liderança na transição da matriz energética”, explica.

A economista defende a preservação do caráter estatal da empresa, além do fortalecimento do caráter integrado e a mediação mais intencionalizada entre os interesses do Estado e os dos acionista. “Da forma que está a sociedade brasileira está transferindo renda e financiando um

setor pequeno que se beneficia de uma política de preços que não encontra paralelo histórico em países que são produtores, que refinam e que transportam petróleo internamente”, conclui.

Socióloga e pesquisadora do Inep, Carla Borges Ferreira analisa que, desde 2016, na gestão Pedro Parente, houve uma alteração no projeto da Petrobrás, perceptível nos planos de negócios. “A partir deste novo direcionamento, organizou-se processos de privatizações e redução de investimentos em diversas áreas.

De uma empresa que se pretendia nacional, verticalizada e parte do processo de desenvolvimento, configurou-se um projeto de empresa focada na exploração e produção, principalmente no Pré-Sal, orientando-se para o retorno de curto-prazo, com foco na maximização da distribuição de dividendos, que tem se sobreposto ao caráter estatal da companhia”, disse.

Para ela, a empresa, em congruência com o que ocorre em muitas experiências internacionais, deveria manter-se como uma empresa verticalizada – “do poço ao posto” – com atuação que tivesse foco não só na exploração e produção, mas também nas outras áreas da cadeia dos hidrocarbonetos. •

R\$ 31,8 BILHÕES EM DIVIDENDOS

A Petrobrás fechou o terceiro trimestre de 2021 com lucro líquido de R\$ 31,142 bilhões. Com geração de caixa, impulsionada pela valorização do petróleo, a companhia atingiu a meta de redução da dívida e, ao mesmo tempo, anunciou nova antecipação de dividendos aos acionistas: R\$ 31,8 bilhões, referentes a 2021.

No meio de um fogo-cruzado, criticada tanto pela oposição quanto pelo presidente Jair Bolsonaro por repassar a inflação dos preços internacionais e contribuir para o aumento dos combustíveis, a Petrobrás recorreu aos dividendos e impostos pagos pela empresa para justificar os lucros e dividendos.

A nova antecipação do pagamento aos acionistas se soma aos R\$ 31,6 bilhões já anunciados em agosto. Ao todo, a petroleira já se comprometeu a distribuir R\$ 63,4 bilhões, relativos aos resultados do exercício de 2021, dos quais R\$ 21 bilhões já foram desembolsados em agosto e R\$ 42,4 bilhões serão depositados em 15 de dezembro.

A estatal destacou que os lucros permitirão à empresa entregar, apenas no segundo semestre, R\$ 23,3 bilhões em dividendos à União. A Petrobras encerrou o trimestre com dívida bruta de US\$ 59,6 bilhões, queda de 6,4% em relação a junho.

Contribuíram positivamente o recebimento de US\$ 2,9 bilhões em compensações previstas no acordo de coparticipação de Búzios, no pré-sal, e os R\$ 4,8 bilhões em quantias recolhidas indevidamente em débitos tributários. •

O DESMONTE DA PRIMEIRA ESTATAL

- Do Estado para o mercado, por meio das desestatizações do sistema Petrobrás e o fim da obrigatoriedade de atuar como operadora do Pré-Sal
- Do nacional para o internacional, com as desonerações fiscais para grandes petrolíferas e o fim da cessão onerosa
- Do público para o privado, com a abertura para múltiplos operadores e repasses de ajustes de preços instáveis e abusivos dos combustíveis
- Da produção para o rentismo, com a queda de investimentos, do conteúdo local e a antecipação de pagamento para litígios de acionistas de fora
- Do longo prazo para o curto prazo, com leilões de óleo e gás em ritmo acelerado e os óbices ao fundo social do petróleo.

O PAÍS DESCE A LADEIRA

É nítida a omissão de Bolsonaro na condução dos rumos da Petrobrás, hoje mero instrumento de lucro exorbitante para rentistas e especuladores, boa parte estrangeiros, em detrimento do povo. Outros graves problemas se avolumam

Elvino Bohn Gass

O governo de ultradireita Bolsonaro deixou o Brasil à deriva, com o agravamento da cri-



se criada por um modelo em que milionários e bilionários aumentam vertiginosamente suas fortunas enquanto o povo empobrece. Exemplos que comprovam que o país desce a ladeira não faltam: os preços da gasolina e do diesel explodem, o desemprego e o subemprego levam à desesperança milhões de pessoas, as florestas são destruídas com a complacência governamental e a inflação retorna com fome e miséria.

O Partido dos Trabalhadores tem atuado no Congresso Nacional e em sintonia com movimentos sociais e populares para denunciar e frear o aprofundamento dessa agenda destruidora que massacra o povo brasileiro. Do outro lado da Praça dos Três Poderes, Bolsonaro e seus ministros criaram uma fábrica de maldades contra os interesses nacionais e populares.

Nas operações recentes, incluíram no rol de retrocessos um megacalote com a PEC dos Precatórios e a intenção de privatizar a Petrobrás. São dois temas graves que precisam ser barrados.

Sobre a Petrobras, é nítida a omissão de Bolsonaro na condução dos rumos da empresa, hoje mero instrumento de lucro exorbitante para rentistas e especuladores, boa parte estrangeiros, em detrimento da população brasilei-

ra. O “deus mercado” é o guru da dupla BolsoGuedes. Mas a omissão de ambos diante da escalada dos preços tem, ainda, um objetivo oculto: criar um cenário favorável à narrativa de que a panaceia seria privatizar a Petrobrás.

A bancada do PT na Câmara defende que a solução estaria ao alcance do governo, se este não tivesse sido capturado por abutres do rentismo: 1) é preciso dar um basta ao esquiteamento e interditar desde já a ideia de venda da Petrobrás. O país precisa de uma empresa pública forte e brasileira; 2) é urgente cancelar a venda das refinarias e aumentar a capacidade de produção de diesel e gasolina pela estatal, hoje ociosa em 25%; 3) e, mais importante, é necessário revogar a política de preços dos combustíveis atrelada ao dólar e ao preço do barril no mercado internacional. Afinal, somos autossuficientes em petróleo com as reservas do pré-sal, cujo custo de extração é três vezes menor do que a Petrobrás calcula hoje com sua política dolarizada.

Insistimos que o alto valor dos combustíveis não é por conta do ICMS; o problema só será resolvido com a o cálculo nas planilhas dos custos em real. A diretoria nomeada por Bolsonaro na Petrobrás pratica preços extorsivos, lesivos à economia brasileira. É preciso adotar uma política de preços transparente, que reduza a volatilidade e incorpore os custos de produção na definição dos preços no mercado interno, mantendo o

papel da Petrobrás.

Outros graves problemas revelam a extensão do caos instalado por Bolsonaro. Milhões de brasileiros passaram a ter fome e procurar comida no lixo. Mesmo assim, o governo autorizou o congelamento de milhões de toneladas de carne à espera do momento ideal para exportá-las, já que a suspensão de importações pela China provocou queda nos preços. A medida correta é liberar essa carne para venda no mercado interno, em vez de propiciar lucros estratosféricos a um setor que só pensa em cifrões.

É igualmente grave a iniciativa do governo de retirar milhões de pessoas do auxílio emergencial sem incluí-las no chamado Auxílio Brasil, iniciativa eleitoreira, sem fontes de recursos e com prazo limitado (só até a eleição) para funcionar. É inadmissível o governo destruir o Bolsa Família, principal programa mundial de redução de desigualdades, quando poderia, de forma simples e eficiente, ampliar o programa em valores e números de beneficiados.

Bolsonaro já cometeu vários crimes. A CPI da Covid demonstrou que pelo menos nove delitos cometidos somente no enfrentamento da pandemia de Covid-19, que já matou mais de 606 mil brasileiros. O documento reforça os 139 pedidos de impeachment engavetados na Câmara. O Parlamento não pode mais se calar diante de tantos desmandos e retrocessos. O povo está cansado. O povo está sofrendo. Impeachment já! •

Deputado federal pelo Rio Grande do Sul, é líder do PT na Câmara dos Deputados.



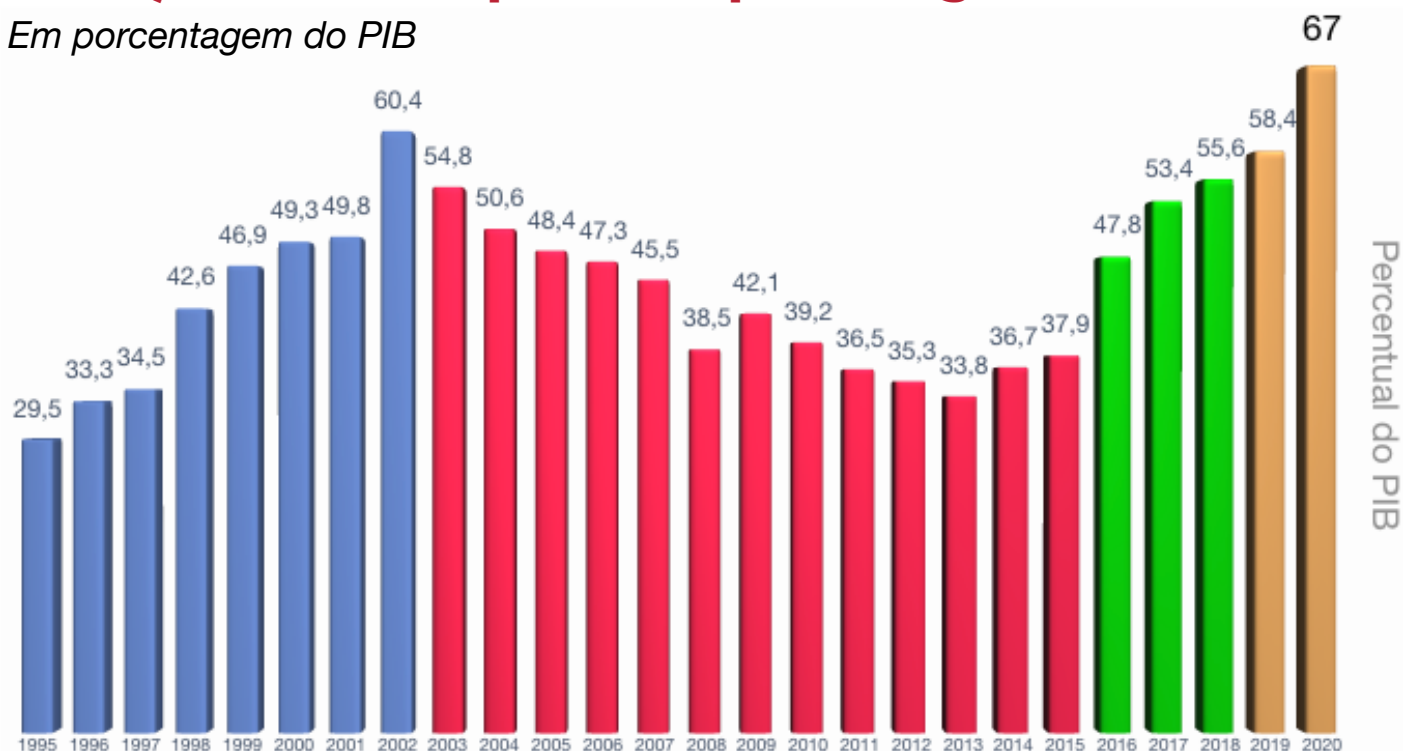
Ricardo Stuckert

COMO O PT SALVOU O BRASIL: A REDUÇÃO DA DÍVIDA INTERNA,

Ao contrário do que apontam economistas e mídia, os governos do PT não quebraram o país. Pelo contrário, Lula e Dilma reduziram de forma substancial a dívida pública interna líquida, o mais importante indicador fiscal de um país

Evolução da dívida pública líquida do governo federal

Em porcentagem do PIB



Fonte: Banco Central do Brasil.

GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século 21, maio de 2021



**Eduardo Fagnani * Gerson Gomes ** e
Guilherme Mello *****

Ao contrário do que apontam a mídia e os economistas liberais, o país não “quebrou” nos governos do Partido dos Trabalhadores. A realidade, amplamente demonstrada pelos dados, é outra. Em artigos anteriores na **Focus Brasil**, sublinhamos que, entre 2002 e 2015, a dívida externa bruta caiu de 42% para 18,6% do PIB – após atingir 12,07% PIB, em 2011.

Também destacamos que as reservas cambiais aumentaram mais de 20 vezes – de US\$ 16,3 bilhões para US\$ 368,7 bilhões. E a dívida externa líquida – a dívida bruta menos reservas –, que era de 37% do PIB, em 2002, passou a ser negativa a partir de 2007. Assim, o Brasil passou a ser credor em moedas estrangeiras, fato inédito na nossa história econômica. Passou a ser credor, inclusive, do FMI, ao qual emprestamos US\$ 15 bilhões para seus programas de assistência financeira aos países em desenvolvimento.

Neste artigo, demonstraremos que os governos do PT salvaram o país, reduzindo, também, de forma substancial,

a dívida pública interna líquida, o mais importante indicador fiscal de um país.

O gráfico nesta página mostra que a narrativa mentirosa da “crise terminal”, que teria sido provocada por um suposto “populismo” eleitoral do PT, também não se sustenta quanto ao comportamento desse indicador. Note-se que, nos governos do PSDB, a dívida pública líquida dobrou, passando de 29,5% (1995) para 60,4% do PIB (2002).

Por outro lado, em função do crescimento do PIB e do acúmulo de reservas, nos governos do PT a dívida líquida caiu quase pela metade: de 60,4% (2002) para 33,8% do PIB (2013), elevando-se ligeiramente para 37,9% do PIB (2015) – patamar muito reduzido na história recente e bem inferior ao verificado na maior parte das economias desenvolvidas (média de 70,3% em 2014).

Dessa forma, também no caso da dívida pública líquida, os dados demonstram que é mentirosa a narrativa da qual se servem os protagonistas da farsa do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, afastada da Presidência da República num golpe canhestro parlamentar e midiático. Com base nos fatos, cabe a pergunta: o Brasil estava quebrado em 2013-2015? Ou estava quebrado em 2002?



E o que aconteceu nos governos Temer e Bolsonaro?

O gráfico mostra que a dívida pública interna passou de 37,9% para 67% do PIB durante os governos Temer e Bolsonaro. Esse patamar, observado em 2020, é ainda superior ao verificado no final dos governos do PSDB – 60,4% do PIB, em 2002. Ou seja, em apenas cinco anos, a dívida interna líquida aumentou quase 30 pontos percentuais, em porcentagem do PIB. Isso mostra, em números, que o que PT construiu em 13 anos, foi desconstruído em apenas cinco anos.

Com o golpe parlamentar, o Brasil só não voltou a quebrar por conta das reservas cambiais acumuladas pelos governos do Partido dos Trabalhadores. Esse legado permitiu ao Brasil absorver o impacto cambial da crise mundial de 2008-2009 e atravessar a atual depressão econômica, sem problemas de escassez de divisas e dificuldades no balanço de pagamentos. Esse legado é o alicerce sobre o qual deve assentar-se qualquer projeto futuro de retomada do desenvolvimento.

Nos próximos artigos, demonstraremos, com mais fatos e dados, que os governos do Partido dos Trabalhadores salvou o país, mantendo a dívida pública bruta em patamares bem inferiores aos observados na experiência internacional, além de ter sido um dos poucos países do mundo a praticar superávit fiscal entre 2003 e 2013. •

* Doutor em Economia pela Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT-UNICAMP). ** Membro do Conselho do Centro de Altos Estudos do Brasil para o Século 21. Foi funcionário de carreira da FAO e da CEPAL e assessor econômico no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. *** Professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON-UNICAMP)

BRASIL ENTRE AS PIORES ECONOMIAS DO G20

Projeção do FMI evidencia a falta de credibilidade do governo. Mercado de trabalho brasileiro 13,7 milhões de desempregados. Este é o resultado da política econômica de austeridade de Paulo Guedes

O presidente Jair Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes desembarcaram em Roma na sexta-feira, 29, para a Cúpula do G20, na condição de principais responsáveis pela transformação do Brasil em pária global. Bolsonaro, pela tragédia ambiental, socioeconômica, sanitária e diplomática. E o “Posto Ipiranga”, como o czar de uma economia que anda para trás e terá o pior desempenho entre as integrantes do grupo em 2022.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) aponta que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deve crescer 5,2% neste ano e só 1,5% em 2022. É a pior performance entre os 20 maiores países do mundo. A performance brasileira é menor que o crescimento estimado para emergentes como Rússia (2,9%), Argentina (2,5%) e África do Sul (2,2%), e maior que o renunciado pelo mercado financeiro. O Banco Itaú prevê uma retração da atividade econômica no próximo ano de 0,5%.

A estimativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) segue a mesma linha. O “clube dos países ricos” espera que o PIB do G20 recue de crescimento de 6,1% em 2021 para 4,8% em 2022. No Brasil, a desaceleração vai da alta de 5,2% em 2021 para 2,3% em 2022. O país ficaria à frente apenas do Japão (2,1%) e da Argentina (1,9%).

Inflação, juros e dólar em alta, somados ao “furo” do teto de gastos e ao clima eleitoral de 2022, diz

a BBC, são os principais elementos da derrocada econômica brasileira. A esses componentes podem se juntar ainda outras “marcas” do desgoverno Bolsonaro, como as reveladas pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada na última semana pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No trimestre encerrado em agosto, o mercado de trabalho brasileiro registrava 13,7 milhões de desempregados, 25,4 milhões de pessoas trabalhando por conta própria, 37,1 milhões sem carteira assinada, 31,1 milhões de subutilizados, 7,7 milhões de subocupados e 5,3 milhões no desalento.

Em um quadro avançado de precarização do trabalho, dois terços das campanhas salariais de categorias com data-base em agosto tiveram reajuste abaixo da inflação acumulada, que já passa dos dois dígitos. Em consequência, a massa de salários em circulação, que despencou em 2020, sequer retomou o nível pré-pandemia.

“Não tem nenhum motor de crescimento no Brasil”, aponta o coordenador do Núcleo de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), Claudio Considera. “O desemprego está enorme, a inflação está fazendo com que as famílias percam renda, isso diminui o consumo”, argumenta Considera. “O investimento também não tem nenhum estímulo, porque ninguém acredita que o Brasil vai crescer.” • **Agência PT**



FOCO NO POVO Lula lançou o Bolsa Família no início do seu primeiro governo para mudar a realidade brasileira

O FIM DO BOLSA FAMÍLIA

Auxílio emergencial também acaba. Agora, abandono e incerteza assustam os brasileiros mais carentes. A partir da próxima semana, 22 milhões de famílias ficam de fora do radar de ajuda do governo. Planalto diz que 17 milhões receberão ajuda por meio do Auxílio Brasil, que nem recursos tem ainda

O governo conseguiu um novo feito. O presidente Jair Bolsonaro extinguiu com uma canetada o programa Bolsa Família, o maior e melhor programa de combate à pobreza do mundo. Criado pelo governo Lula, o programa é saudado como exemplo pelas Nações Unidas e foi copiado em dezenas de países. Agora, caso a medida provisória que acabou com o programa seja aprovada pelo Congresso, o mais prestigiado programa social do Brasil chegado ao fim.

A sexta-feira, 29, foi a data do último pagamento do benefício

do Bolsa Família. E, embora Jair Bolsonaro diga que colocará em seu lugar o programa Auxílio Brasil, o que está fazendo na verdade é lançar a população mais vulnerável do país ao abandono e à incerteza.

Isso porque não é só o Bolsa Família que está acabando. Em outubro, chega ao fim também o auxílio emergencial, que atende a 39 milhões de brasileiros. Segundo o próprio governo, o Auxílio Brasil deve beneficiar até 17 milhões de pessoas. Nas próximas semanas, 22 milhões de famílias serão jogadas à própria sorte, durante uma das mais graves crises sociais e econômicas

da história do país.

“Vinte e dois milhões de famílias provavelmente vão ser excluídas de programas de transferência de renda. Esse é o dado que eles estão escondendo e de que ninguém fala. Esse é o principal dado da conjuntura”, alerta a ex-ministra do Desenvolvimento Social do governo Dilma Rousseff, a economista Tereza Campello.

A exclusão dessas famílias não poderia ocorrer, uma vez que a situação da economia só piorou desde que o benefício foi implementado. De acordo com a ex-ministra, o número de brasileiros passando fome hoje

no país é muito maior que os 19 milhões calculados em dezembro de 2020. Afinal, naquele mês, eram 60 milhões os que recebiam o auxílio, e num valor mais alto – R\$ 300. No começo de 2021, o benefício foi suspenso para ser retomado apenas em abril, para um público menor, de 39 milhões de pessoas.

“A situação é muito pior que a de dezembro. Quanto pior, não sabemos, mas, certamente, deve haver mais de 30 milhões de pessoas passando fome e muito mais de 50 milhões que não comem o suficiente, porque a insegurança alimentar afeta mais de 120 milhões de brasileiros”, denuncia Tereza Campello.

Ela denuncia que os problemas não param por aí. As famílias que derem a sorte de serem incluídas no Auxílio Brasil terão de conviver com a incerteza. É que, no desespero de acabar com o Bolsa Família, Bolsonaro está colocando no lugar um programa feito de improviso, que até agora não tem definidos aspectos básicos, como os critérios de seleção e a fonte de recursos.

A desorganização é tão grande que o novo programa já começa quebrando promessas. Na semana passada, o governo anunciou que o valor mínimo a ser pago a cada beneficiário seria de R\$ 400. Na noite da última

quinta-feira, 28, o governo admitiu que não conseguirá pagar esse valor, comprometendo-se, apenas, com um reajuste de 20% no valor que cada beneficiário recebe atualmente. Assim, uma família que ganha R\$ 200 no Bolsa Família, não receberá, em novembro, os R\$ 400 prometidos, mas R\$ 240. E terá de torcer para que a nova promessa, de que os R\$ 400 virão em dezembro, seja cumprida.

O motivo da quebra de promessa é justamente a incapacidade do governo de definir de onde virão os recursos para o novo programa. A PEC dos Precatórios, que prevê um calote na dívida que o governo federal tem com os estados, está empacada na Câmara, deixando o governo sem garantia da verba necessária.

“O governo está armando um quadro de caos. Por razões eleitorais, estão extinguindo um programa premiado internacionalmente e exitoso no combate à desigualdade, sem ter clareza de como botar outro no lugar”, critica o economista Bruno Moretti, assessor da liderança do PT no Senado.

Moretti destaca que o governo definiu o Auxílio Brasil como um programa temporário, com validade apenas até o fim de 2022, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal exige que pro-

gramas permanentes tenham a compensação em alguma fonte de receita. Ou seja, a partir de janeiro de 2023, nada garante que o Auxílio Brasil terá condições de existir como foi criado. Quer prova maior das intenções eleitoreiras de Bolsonaro?

De acordo com o economista, além de armar uma bomba para 2023, a definição do Auxílio Brasil como temporário trouxe outra consequência grave. “Como não precisa mais da compensação, o governo está, na prática, abandonando o projeto de lei que tributa dividendos das pessoas físicas. Ele abandona a tributação dos super-ricos, que são os grandes beneficiados por essa isenção e poderiam financiar a transferência de renda para os mais pobres”, denuncia Bruno Moretti.

Assim, Bolsonaro mais uma vez alivia para os ricos enquanto finge se preocupar com os mais pobres. O mais triste é que a solução para atender a população mais necessitada está à mão, ressalta Tereza Campello. “A melhor solução para a população pobre brasileira é aumentar o valor do Bolsa Família e aumentar o número de pessoas atendidas pelo programa. Isso seria simples, seria fácil, seria eficiente e não trocaria o certo por essa aventura eleitoreira”, explica. •

Agência PT

Sérgio Amaral



TEREZA CAMPELLO DENUNCIA

“Vinte e dois milhões de famílias provavelmente vão ser excluídas de programas de transferência de renda. Esse é o dado que eles estão escondendo e de que ninguém fala”.

Ricardo Stuckert

3 de novembro de 1935 NASCE O SOCIÓLOGO BETINHO, EM BOCAIUVA (MG)

Nascido em Bocaiuva, Minas Gerais, Herbert José de Souza, que ficou conhecido como Betinho, foi um sociólogo e ativista dos direitos humanos no Brasil. Seu projeto mais conhecido foi o "Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida".

A iniciativa liderada por Betinho visava contribuir para o combate dessa situação calamitosa, que recebia pouca atenção por parte do poder público. Comitês independentes foram organizados para arrecadar mantimentos. Artistas promoveram shows e eventos em apoio à causa. Segundo o Ibope, cerca de 30 milhões de pessoas contribuiriam para a campanha ao longo de 1994. A sensibilização da sociedade para o problema da miséria levaria o governo Fernando Henrique Cardoso a criar os primeiros programas sociais.

Betinho morreu no Rio de Janeiro, no dia 9 de agosto de 1997, em consequência de uma hepatite C, contraída em uma transfusão de sangue.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

Visite o memorialdademocracia.com.br



29 de outubro de 2006

LULA É REELEITO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Após uma campanha marcada por acusações, Lula é reeleito presidente do Brasil, com 60,83% dos votos válidos no segundo turno. Geraldo Alckmin (PSDB), ex-governador de São Paulo, obtém 39,17% dos votos.

No primeiro turno, 48,61% dos eleitores haviam votado em Lula; 41,64%, em Alckmin, e 6,85%, na senadora Heloísa Helena (PSOL). Em quarto lugar ficou o ex-ministro da Educação do governo Lula, Cristovam Buarque (PDT), com 2,64% dos votos.

Surpreendentemente, Alckmin teve menos votos no segundo turno do que no primeiro. A pauta da corrupção, que havia ocupado boa parte do discurso oposicionista desde que estourara o escândalo

do "mensalão", foi claramente suplantada pelo crescimento da economia, pelo aumento do emprego e da renda e pelas políticas de inclusão social.

Segundo pesquisa do IBGE de setembro de 2006, a pobreza no país caíra 19% no governo Lula. Entre 2003 e 2006 a economia crescera à taxa média de 3,5%, e foram gerados 6,4 milhões de empregos formais.

A avaliação positiva do governo Lula às vésperas do pleito ajuda a explicar o resultado das urnas: pesquisa Datafolha divulgada quatro dias antes do segundo turno concluía que 53% da população classificava como boa ou ótima a gestão de Lula, e outros 31% a consideravam regular.

29 de outubro de 1945

CAI A DITADURA DO ESTADO NOVO

O general Cordeiro de Farias, chefe do Estado Maior das Forças Armadas insurgentes, entrega a Getúlio Vargas, no Palácio Guanabara, o rascunho do documento de renúncia que o presidente deverá assinar.

Eram 21 horas. Naquele momento, a guarda pessoal do presidente já fora substituída por uma unidade motorizada, que ocupava os jardins da residência oficial. Tanques de guerra apontavam para o prédio. Com frieza, Getúlio pede ao seu secretário que datilografe a renúncia, depois de passar rapidamente os olhos pelo documento escrito à mão por seu ministro da Guerra, Góis Monteiro.

“Preferia que vocês me atacassem, para que eu me defendesse, mas já que se trata de um golpe branco, não serei eu o elemento perturbador”, disse Getúlio, que pediu 48 horas para deixar a residência oficial.

No dia seguinte, os chefes militares cortariam a luz, a água e o gás. “Isso está mais parecido com uma ação de despejo que um golpe de Estado”, ironizou o presidente. Em 1º de novembro, um avião da FAB levaria Getúlio para a sua fazenda em São Borja, onde cumpriria um período de autoexílio. Ao sobrinho Serafim Dorneles, que o acompanhou, ele comparou a política a um jogo de xadrez: “Eu sou uma pedra que foi movida da posição que ocupava. E eles pensam que eu vou permanecer onde eles me colocaram. É o grande erro deles”.



27 de outubro de 2002

DILMA ROUSSEFF CHEGA AO COMANDO DO BRASIL

Com 55,8 milhões de votos (56,05%) no segundo turno, Dilma Vana Rousseff, do PT, é eleita presidenta do Brasil. Primeira mulher a ocupar o cargo, ela vence nas urnas o ex-governador de São Paulo José Serra (PSDB), que obtém 43,95% dos votos.

Durante a ditadura, Dilma integrou o Comando de Libertação Nacional (Colina) e, depois, a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), dois grupos de esquerda que defendiam a luta armada como forma de combater o regime militar. Ficou presa por três anos (1970-1972), período em que foi submetida a tortura.

Com a redemocratização do país, Dilma começou a construir sua carreira política. Primeiro, como secretária da Fazenda de Porto Alegre, na gestão do petetista Alceu Colares, de 1985 a 1988. Depois, como secretária de Minas e Energia do Rio Grande do Sul, na administração do

petista Olívio Dutra, de 1999 a 2002.

Em 2003, foi escolhida por Lula para ocupar a pasta de Minas e Energia em seu governo. Em 2005, assumiu o posto de ministra-chefe da Casa Civil, em substituição a José Dirceu. Braço direito do presidente Lula em seu segundo mandato, foi indicada para concorrer à sucessão presidencial.

Com a candidatura impulsionada pela alta avaliação positiva do governo e do próprio presidente, superior a 80% – fruto do crescimento econômico com distribuição de renda e da ampliação das políticas públicas na área social – Dilma obteve 46,9% dos votos no primeiro turno, contra 32,6% de José Serra (PSDB) e 19,3% de outra ex-ministra, Marina Silva (PV), que emergiu como importante força política. Em 2014, Dilma seria reeleita ao derrotar, no segundo turno, o ex-governador de Minas Gerais Aécio Neves (PSDB).



Léo Aversa

A CRIATIVIDADE COMO ALENTO

Dois dos mais importantes artistas da MPB, Jards Macalé e João Donato fazem uma parceria que coloca a genialidade e a delicadeza de ambos a serviço da arte. O disco de inéditas é dos melhores lançamentos do ano e já figura como clássico

Alberto Cantalice

A parceria musical de Jards Macalé e João Donato é a grande novidade desse período pós-pandêmico. Ao longo de sua longa carreira, Macalé protagonizou parcerias memoráveis. Seu dueto com o inventor do chamado "Samba de Breque", Moreira da Silva (1902-2000), o Kid Moringueira, é considerado uma das grandes inovações na Música Popular Brasileira. O show organizado pela dupla no "Projeto Pixinguinha", produzido na década de 1970 pela Funarte, é considerado antológico até os dias de hoje.

O encontro de Macalé e Donato tem a ousadia de apresentar um disco de canções inéditas. Eles são autores de tantos sucessos e resolveram partir para uma ousadia que se expressa já na foto de apresentação do trabalho, onde os dois aparecem seminus. Uma ideia genial das respectivas esposas.

"Quando a gente foi gravar o disco lá em Araras (SP), no estúdio da gravadora Roncinonte, elas resolveram que a foto de capa do disco seria com nós dois pelados. O Jards achou constrangedor. Tiramos a foto no meio do mato. Não é coisa feia, imoral. Tem uma inocência de bebê, que anda nu e ninguém repara", explica Donato.

A admiração mútua, já vem de décadas. "Sou admirador do Donato desde criança. Quando comecei a perseguir a música lá na década de 1960, ele foi um dos que caíram na minha preferência direto", lembra Macalé. "Tocando com ele agora, lembrei que na época havia quatro jotas que eu adorava e ainda adoro: meus mestres Johnny Alf, Jobim, João Gilberto e João Donato. Fui muito amigo dos três primeiros, só faltava o Donato na minha coleção de amizades".

Lançado em 15 de outubro, o álbum da dupla, intitulado "Síntese do Lance", simboliza a irreverência e o apuro artístico que marca a carreira de ambos.

A música de abertura do trabalho, Coco Taxi, é inspirada no conhecido meio de transporte muito usado em Cuba por turistas e que alegra pela "insegurança". Foi a única produzida a quatro mãos. E apresenta uma batida próxima aos sons afro-caribenhos.

A junção desses dois gênios da arte brasileira foi uma iniciativa que partiu de uma ideia da gravadora paulista. Mas é um refrigerio nesses momentos tenebrosos

dos à margem pelo mercado fonográfico.

O espetáculo, transformado depois em um álbum duplo, com a participação de dezenas de artistas, transformou-se em uma ação memorável e foi apresentado no Museu de Arte Moderna, no Rio de Janeiro. O evento contou com a presença de representantes da ONU, que o incluiu como uma das ações da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Parceiro de Capinam, Wally Salomão e de Torquato Neto, Macalé é autor de alguns clássicos da MPB, nas vozes de Gal Costa, Clara Nunes (1942-1983) e Maria Bethania. Artista polivalente, ele é também ator, com participações nos filmes "O Amuleto de Ogum" e "Tenda dos Milagres", de Nelson Pereira dos Santos (1928-2018), além de ter composto a trilha sonora de filmes como "Macunaíma", de Joaquim Pedro de Andrade (1932-1988), e "Deus e o Diabo na Terra do Sol", de Glauber Rocha (1939-1981).

Já o virtuose João Donato é considerado um dos principais músicos da atualidade. Compositor prolífico, tem parcerias de sucesso com Gilberto Gil – "A Paz", "Emoriô", "Bananeira" – Caetano Veloso, com "Rã", grande sucesso na inconfundível voz de Tim Maia (1942-1998), e "Cadê você (Leila XIV)", com Chico Buarque. A longevidade da carreira de Donato remonta ao fim da década de 1950, quando enamorou-se pela cantora Dolores Duran, que levou o jovem pianista a se aproximar de figuras exponenciais da Bossa Nova, especialmente João Gilberto. Foi com ele que Donato realizou apresentações sucessivas nos Estados Unidos e na Europa. Agora, ele e Macalé prometem percorrer o país apresentando "Síntese do Lance". Um presente. •

O ENCONTRO DE MACALÉ E DONATO TEM A OUSADIA DE APRESENTAR UM DISCO DE CANÇÕES INÉDITAS: "SÍNTESE DO LANCE", LANÇADO AGORA EM OUTUBRO

vividios, quando a destruição da arte e da cultura vem em marcha acelerada pelo desgoverno.

Macalé tem histórico de afrontas à autoridade constituída. Sempre buscando inovar e sem o preconceito de utilizar o termo "artista marginal", organizou em plena ditadura civil-militar, em 1973, o "Banquete dos Mendigos". Foi uma espécie de ato-show beneficente cujo beneficiários eram ele próprio e alguns outros músicos coloca-



CHARLY, O GÊNIO, FAZ 70

O grande ídolo argentino – um dos maiores ícones da música pop da América Latina – comemora em grande estilo suas sete décadas de existência e 65 anos de carreira. Um talento encantador

Olímpio Cruz Neto

Um dos grandes tesouros da música popular argentina ainda é um ilustre desconhecido do grande público no Brasil. Uma pena. O talentoso Charly García, o pai do rock hermano, que já tocou com os Rolling Stones e é cultuado por Bono, do U2, completou nesta última semana de outubro 70 anos. Um colosso da contracultura argentina, ele é um misto de Bob Dylan, Caetano Veloso, Keith Richards e Gilberto Gil. É o mais importante e cultuado músico da Argentina e uma lenda viva na América Latina.

Nascido em 23 de outubro de 1951 como Carlos Alberto García, o músico desafiou a censura da ditadura militar, sobreviveu aos excessos dos anos 70 e 80 e se converteu em um dos mais influentes músicos do mundo. Charly já cantou com Caetano

Veloso e é amigo de Herbert Viana, Bi Ribeiro e João Barone, dos Paralamas do Sucesso. Prodígio, já era um concertista de piano clássico aos 5 anos e tem ouvido absoluto. Mas descobriu os Beatles ainda em 1964 e nunca mais foi o mesmo. Em seguida, passou a compor e se apresentar em duo com o amigo Nito Mestre, com quem fundou, em 1969, a banda Sui Géneris, considerada o primeiro grande grupo de rock argentino que encheu seguidas vezes o mítico Luna Park, com mais de 25 pessoas. É dessa época um dos seus hinos: “Canción para mi muerte”.

Se não bastasse seu lugar na história com esta mítica banda, ainda fundou outras duas grandes: La Máquina de Hacer Pájaros e Serú Girán – considerada os Beatles da Argentina. Com essas duas bandas, burlou e ridicularizou a ditadura militar da Argentina e compôs grandes clássicos: como “Seminaré”, “Eiti

Leda”, “Viernes 3AM” e “Nos veremos otra vez”.

Algumas dessas grandes canções foram compostas nos finais dos anos 70 por Charly em Búzios, no litoral do Rio, onde permaneceu durante um verão inteiro compondo com David Lébon, o guitarrista do Serú Girán, e os músicos Pedro Aznar (baixo) e Oscar Moro (bateria). Ele ainda morou em Buenos Aires com a mulher, a mineira Zoca Pederneiras, com quem tem um filho.

Neste mês, Charly foi alvo de grandes homenagens pelo governo e a prefeitura da Argentina, que celebraram seus 70 anos com uma série de shows espalhados por Buenos Aires, com mais de 100 artistas que renderam homenagem à lenda da música pop. O ponto alto foi o [concerto de Fito Páez, neste último final de semana](#), com o Teatro Colón lotado para cantar as canções do genial – e temperamental – gênio argentino. Ouça agora! •

Venício A. de Lima

PAULO FREIRE

A prática da
liberdade,
para além da
alfabetização

O livro está disponível no site
da Fundação Perseu Abramo
fpabramo.org.br

autêntica



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



BRASIL: CINCO ANOS DE GOLPE E DESTRUIÇÃO

SANDRA BRANDÃO | (ORG.)

APRESENTAÇÃO | DILMA ROUSSEFF

PREFÁCIO | ALOIZIO MERCADANTE

O livro está disponível no site
da Fundação Perseu Abramo
fpabramo.org.br

